



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR**  
**MILTON SANTOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARÍLIA DUARTE DE ÁVILA RIBEIRO**

**UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO SEPARATISTA ESCOCÊS:  
HISTÓRIA, IDENTIDADE E NACIONALIDADE**

Salvador

2019

**MARÍLIA DUARTE DE ÁVILA RIBEIRO**

**UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO SEPARATISTA ESCOCÊS:  
HISTÓRIA, IDENTIDADE E NACIONALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Artes da Universidade Federal da Bahia como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio

Salvador

2019

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os elementos que mais influenciaram no movimento separatista escocês ao longo da história, entendendo de que forma cada um deles atua na conjuntura atual. A partir da principal referência metodológica, a *Escola Francesa*, será usado o conceito de *Forças Profundas* para categorizar e elencar cada componente e sua influência no movimento. Temas como identidade e nacionalismo serão essenciais nesse estudo, bem como a teoria construtivista, que ajuda a desenvolver esses conceitos, entendendo que o ser humano vive em um mundo socialmente construído e em constante (re)construção. Ao fim, se entende que são vários os fatores que ao longo da história ajudaram a constituir o movimento, sendo a identidade escocesa seu maior motivador, mas não o único.

**Palavras-chave:** Separatismo; Identidade; Nacionalismo; Escócia

## **ABSTRACT**

The present work aims to identify the elements that influences the separatist movement from Scotland throughout history, understanding how each of them acts in the current conjuncture. Taking the French School as the main methodological reference, the concept of Deep Forces will be used to categorize and list each component and its influence on the movement. Themes such as identity and nationalism will be essential in this study, as well as the constructivist theory, which helps to develop these concepts, understanding that the human being lives in a socially constructed and constantly (re)constructed world. In the end, one can conclude that there are several factors that helped to constitute the movement throughout the history, being the Scottish identity its greater motivator, but not the only one.

**Keywords:** Separatism; Identity; Nationalism; Scotland

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - <i>Map of northern Britain Jeff Edwards</i> .....	25
Ilustração 2 – A Formação da <i>Union Jack</i> .....	32
Ilustração 3 – Tweet Yes Scotland 17 de setembro de 2014.....	69
Ilustração 4 – Tweet Yes Scotland 16 de setembro de 2014.....	69
Ilustração 5 – Tweet Better Together 17 de setembro de 2014.....	70
Ilustração 6 – Tweet Better Together 14 de setembro de 2014.....	71
Ilustração 7 – Mapa de adesão ao <i>brexit</i> por território.....	75

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SNP - SCOTTISH NATIONAL PARTY

UE - UNIÃO EUROPEIA

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>AS FORÇAS PROFUNDAS E O DEBATE SOBRE IDENTIDADE E NACIONALISMO</b> .....	<b>13</b>
2.1	ESCOLA FRANCESA E O CONCEITO DE FORÇAS PROFUNDAS.....	13
2.2	CONSTRUTIVISMO E IDENTIDADE.....	18
2.3	NAÇÃO E NACIONALISMO.....	25
<b>3</b>	<b>UMA HISTÓRIA DA NAÇÃO ESCOCESA</b> .....	<b>30</b>
3.1	FORMAÇÃO DA ESCÓCIA.....	31
3.2	GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA.....	36
3.3	ACT OF UNION.....	40
3.4	A QUESTÃO RELIGIOSA.....	43
3.5	A QUESTÃO ECONÔMICA.....	48
3.6	IDENTIDADE ESCOCESA.....	52
<b>4</b>	<b>NACIONALISMO E O MOVIMENTO SEPARATISTA ESCOCÊS</b> .....	<b>57</b>
4.1	NACIONALISMO ESCOCES.....	57
4.1.1	PRINCIPAIS FATORES.....	60
4.1.2	CONSOLIDAÇÃO DO NACIONALISMO.....	64
4.2	COMPREENDENDO O SEPARATISMO.....	67
4.2.1	O MOVIMENTO SEPARATISTA ESCOCES.....	70
4.2.2	A ESCÓCIA E O BREXIT.....	77
4.2.3	BACK TO SCOTLAND.....	81
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>87</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Num primeiro momento, a escolha do tema deste trabalho pode parecer estranha à pessoa que lê o presente texto. Dedicar tanto tempo a um tema tão longínquo da realidade vivida pela autora não parece uma escolha automática, e de fato não o foi. No entanto, há racionalidade na escolha, ainda que a mesma tenha sido direcionada, acima de tudo, por algo comumente visto como antítese à razão: a paixão.

Os temas relacionados ao Reino Unido foram quase uma constante no mapa de interesses da autora, seja formalmente na área de pesquisa, seja informalmente, a partir de interesses menos eruditos (mas não necessariamente menores em níveis de importância). Essa divisão, por vezes perniciososa, criou um afastamento que cristalizou a paixão em uma zona afastada da profissão. A luz dessa paixão se chocava com as da área profissional, refletindo apenas sombras monocromáticas. O prisma que gerou a mudança (e por isso foi tratado como tesouro) se consolida na disciplina das Relações Internacionais, que permitiu condensar os interesses apaixonados em uma linguagem ricamente científica. Percebeu-se, a partir deste movimento, como o pulsar das luzes dos interesses as vezes vistos como menos importantes, podem revelar matizes complexas, iluminando questões que não eram vistas à olho nu. Questões que, muitas vezes, se assemelham a um cotidiano muito mais próximo do que se imagina; ou guarda relevância mais pesada do que no primeiro momento se sentia.

Essa é a história da História da Escócia, país criado por estrangeiros, mas único em suas diferenças e idiossincrasias. Um objeto fascinante, que guarda a chave para a compreensão de questões maiores, pulsantes e atuais, dentre elas nação, nacionalismo e separatismo, todas pinceladas pelas cores da identidade.

A pauta nacionalista, muito em voga nos últimos anos, encontra aderência nos que se apegam a valores não necessariamente seus por essência, em um caminho de auto identificação em grupo. A nação, seja ela reconhecida no sistema internacional ou não, representa uma certeza na vida do indivíduo, com patrimônios históricos e signos que são presentes desde o nascimento e vão se fortalecendo através de símbolos, tradição e cultura. Quando um grupo ou povo se sente diferente dos vizinhos a ponto de reivindicar território e autogoverno próprios – seja por identidade, por sentimento de superioridade ou por manipulação política – existe o separatismo.



Os movimentos separatistas têm aumentado nos últimos anos, com exemplos amplamente noticiados, como os casos da Catalunha e do Curdistão, até casos como o de Québec, um grupo separatista ativo que já realizou votações sobre a separação duas vezes nas últimas décadas, em 1980 e em 1995. Mais recente, o Reino Unido chamou a atenção ao votar pela separação da União Europeia, em 2016. O referendo britânico que decidiu pela saída aconteceu logo depois de um referendo escocês, em 2014, que colocava em questão a união de mais de 300 anos oficializada em 1707 pelo *Act of Union*, o tratado que juntou Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia formando o Reino Unido.

O movimento separatista escocês reivindica a independência da Escócia, que apesar de ser uma nação não é um Estado soberano, com autogoverno. O país até tem um parlamento próprio, que se instaurou em 1998, mas que não representa a autonomia política desejada já que suas decisões são subordinadas ao Parlamento Britânico. Isso faz com que os países do Reino Unido se encontrem em uma posição bastante única, com quatro nações respondendo a uma monarquia constitucional. Esse arranjo político é constituído por primeiro-ministro, que lidera os poderes legislativo e executivo, mas presta contas ao Parlamento, e pelo monarca, que é o chefe de estado.

Dentro dessas movimentações de saída nota-se um caso curioso de “separatismo dentro do separatismo”, já que o Reino Unido quer se separar da União Europeia e a Escócia quer se separar do Reino Unido. Claro que será necessário um olhar mais a fundo sobre o conceito de separatismo para entender como cada movimento se classifica, mas pode-se partir do princípio de que ambos são movimentos de saída de um grupo maior, o que torna o caso emblemático.

A união entre os quatro países do Reino Unido tinha como base benefícios sociais, econômicos, políticos e diplomáticos, mas foi impopular desde a sua concepção. O comprometimento da identidade nacional e a submissão em relação à Inglaterra eram preocupações escocesas, dado o histórico de lutas pela independência alguns séculos antes e toda a relação conflituosa entre os dois países ao longo da história. O período entre os séculos XIII e XV, que ficou conhecido na história escocesa como *Guerras de Independência*, por exemplo, é marcado pela concentração de lutas e conflitos de emancipação perante à Inglaterra, sendo as mais relevantes a guerra de 1296-1328, liderada por William Wallace e,

posteriormente, Robert the Bruce (futuro rei da Escócia), e a segunda guerra, de 1332 a 1346, conduzida por membros da nobreza escocesa.

Toda a história da Escócia, recheada de formação identitária e de sentimento nacional, formou o movimento separatista escocês, mas fatores econômicos também o impulsionaram. A Escócia é responsável por cerca de 84% da produção de petróleo do Reino Unido<sup>1</sup>, descoberto na década de 1960. Essas reservas, provenientes do Mar do Norte, teriam o poder de sustentar o sistema financeiro da Escócia através de investimentos de empresas e da exportação. Entre os principais argumentos a favor da independência, se tem a apropriação integral da receita gerada pelo petróleo do Mar do Norte, que atualmente é dividida com o Reino Unido.

A partir de 2010, com a entrada do ex-primeiro-ministro David Cameron, a insatisfação escocesa começou a aumentar<sup>2</sup>. A implantação de uma política de austeridade pelo governo conservador levou Alex Salmond, ex-primeiro-ministro escocês, a propor um plebiscito. Como consequência, em outubro de 2012, os primeiros-ministros do Reino Unido e da Escócia assinaram um acordo que permitia a realização de um referendo sobre a independência da Escócia. Desta forma, o movimento se fortaleceu. Marcos como a conquista da restituição de um Parlamento independente (1997), extinto três séculos antes, ou como a edição do *Scotland Act*<sup>3</sup>, em 1998, já vinham trazendo um novo fôlego ao movimento, formado, em sua grande maioria, por jovens e membros da elite política escocesa. O *Scotland Act*, em especial, pode ser considerado um símbolo no que se refere ao crescimento do movimento separatista escocês, já que se trata de um conjunto de leis que delega mais poderes para o parlamento e governo escoceses, sendo a legislação mais significativa desde o *Acts in Union*, em 1707<sup>4</sup>.

Tudo isso culminou no referendo de 2014 sobre a sua saída do Reino Unido. A questão era “*a Escócia deve ser um país independente?*”. Grupos defensores dos dois lados foram formados com apoio de personalidades, sendo os principais o *Yes Scotland*, a favor da independência, e o *Better Together*, contra. Ao mesmo tempo em que se desejava a independência, parte da população defendia que as nações seriam mais fortes se permanecessem unidas. Além disso, diante do cenário internacional, havia o receio de se

---

1 Informações do Official Scottish Government Website

2 Análise trazida por Ricardo Ywata, do Senac-SP, em entrevista à novaescola.org.br

3 Reforma constitucional de 1998.

4 Tratado de união entre Inglaterra e Escócia.

perder a relevância econômica, de se criar conflitos diplomáticos e de problemas burocráticos para a criação do novo Estado. Um dos maiores bancos escoceses, *The Royal Bank of Scotland*, por exemplo, anunciou que em caso de independência mudaria a sua sede para a Inglaterra devido às incertezas econômicas<sup>5</sup>. Os cidadãos escoceses deveriam responder “*Sim*” ou “*Não*” e, em face de todas as dificuldades que poderiam aparecer como consequência da dissolução da Grã-Bretanha, a proposta foi rejeitada com 55% dos votos.

Apesar da resposta negativa ao referendo de independência da Escócia, o movimento separatista não perdeu o fôlego. Os grupos continuam se organizando em prol de um novo referendo, que já foi aprovado no Parlamento Escocês e enviado ao Parlamento Britânico para aprovação. O sentimento de que chegou a hora da Escócia ser um país livre e sem amarras parece comum, apesar dos receios que justificaram o “*Não*” em 2014<sup>6</sup>.

A saída da Escócia poderia significar a dissolução do Reino Unido, também em processo de saída da União Europeia. Isso tudo representa uma grande mudança no sistema internacional que pode incentivar outras movimentações semelhantes, trazendo uma série de consequências para a política internacional. Por isso, este trabalho vai estudar o movimento separatista escocês, tendo como objetivo a análise de quais fatores ou momentos-chave dentro da história tiveram como consequência a formação do movimento em questão. Para elencar e entender de que forma eles de fato contribuem para este separatismo, será utilizada como metodologia o conceito de *Forças Profundas*, desenvolvido pela Escola Francesa das Relações Internacionais. Esse direcionamento ajuda a entender o modo como religião, economia, cultura e ideologia, por exemplo, agem como *forças* sobre determinado fenômeno, tendo como consequência, no caso, um movimento separatista.

Discutir nação, nacionalismo e identidade é uma consequência natural do trabalho, já que são conceitos primordiais para a análise a que ele se propõe. Um movimento separatista costuma ter como bases identidade e sentimento nacionais, que tomam a forma de nacionalismo quando ganham cunho político. Por isso é importante entender seus significados e de que forma eles foram constituídos na Escócia.

---

<sup>5</sup> “Scottish independence: RBS confirms Longon HQ move if Scotland votes ‘Yes’”. Disponível em <http://www.bbc.com/news/business-29151798>

<sup>6</sup> Levantamento do instituto Ipsos-Mori para a STV News mostrava que 49% dos eleitores era a favor no “*não*”, 47% a favor do “*sim*” e 4% estavam indecisos: <https://exame.abril.com.br/mundo/pesquisas-nao-indicam-resultado-de-referendo-na-escocia/>

A investigação histórica e a análise do movimento devem responder aos questionamentos que motivaram o trabalho. A primeira hipótese criada é de que o nacionalismo é o combustível principal que move o separatismo escocês por estar intimamente conectado à identidade nacional escocesa. A segunda hipótese diz respeito à economia, entendendo que fatores econômicos deveriam tornar a Escócia mais livre para se separar do restante do Reino Unido, mas acabam por também frear o movimento. A terceira hipótese é de que o movimento separatista escocês vem ganhando força nos últimos anos, especificamente a partir da década de 1990, tendo como resultado a criação de um parlamento próprio e a realização do referendo de 2014. Por último, se levanta a hipótese do uso da Escola Francesa e do conceito de *Forças Profundas* como uma metodologia adequada para o estudo do movimento separatista em questão, já que ele parece se sustentar sob bases históricas.

Não será possível resumir em apenas um trabalho toda a história de um país e todos os elementos que influenciam de alguma forma no movimento escocês, especialmente considerando a natureza dinâmica deste objeto, que se encontra em constantes evoluções e depende de outras movimentações do cenário internacional. Mas a investigação histórica trará os principais fatos, momentos e ingredientes que alimentam o nacionalismo na Escócia. Esse contexto será suficiente para entender o sentimento nacional e a fonte de motivação encontrada pela população na busca da independência. Como isso se molda e se manifesta na política é um outro ponto que será tratado, mas pode e deve ser aprofundado em outro trabalho, que foque mais no *hoje* e menos no *ontem*.

Como na pesquisa acadêmica não cabem opiniões e sim análises, o trabalho terá um caráter imparcial, evitando apoiar ou desaprovar ações tomadas ou o sentimento de uma população. A meta é entender como o fenômeno se dá, tendo, neste exemplo, uma base para outros fenômenos semelhantes e um caminho metodológico possível na análise de outros eventos similares, que ganham notoriedade especialmente pelo poder que têm de alterar o cenário internacional.

## 2. AS FORÇAS PROFUNDAS E O DEBATE SOBRE IDENTIDADE E NACIONALISMO

O objeto principal deste estudo é o movimento separatista escocês e sua permanência no decurso do tempo. A Escócia alternou momentos de independência política com outros de inserção no agrupamento maior de nações que compõem o Reino Unido. Para compreender o surgimento e a permanência dos ideais separatistas escoceses, elementos tradicionais a uma concepção de nação devem ser observados, como sua língua, cultura, construção identitária e trajetória histórica. Acrescidos a esses, é importante observar as transformações sociais e econômicas no seio da sociedade escocesa que culminaram no quadro contemporâneo, uma vez que suas modificações nos diversos contextos históricos contribuíram para construir a percepção coeva de nação do movimento separatista. Para enfrentar esse desafio, o trabalho se baseará no conceito de forças profundas, da escola histórica francesa, por abordar uma riqueza de fatores que se entrelaçam, influenciando no surgimento de um fato histórico e na teoria construtivista, por sua perspectiva de análise amparada na constante transformação dos objetos em estudo. Por fim, a concepção de nacionalismo adotada se sustenta em John Breuilly em razão de sua compreensão mais sintonizada com os objetivos principais desse trabalho.

### *2.1 – Escola Francesa e o conceito de Forças Profundas*

Indo além das razões econômicas, políticas e até pessoais, a História não se apresenta apenas como pano de fundo para o separatismo escocês. Ela participa ativamente e, talvez, de forma primordial para a relação conturbada com o restante do Reino Unido, através de conflitos históricos e de diversas tentativas de independência ao longo dos anos. Dessa forma, o presente trabalho terá foco na História, tendo uma corrente de pensamento em Relações Internacionais conhecida por *Escola Francesa* como sua principal fundamentação teórica e como norteadora metodológica.

O principal teórico da corrente de pensamento foi Pierre Renouvin (1990), que deu início à escola francesa a partir do livro *Historie des relations internationales*. Ele não buscava apenas interpretar a história à luz das relações internacionais, mas construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional (SARAIVA, 2007, p.12). Dessa forma, o autor entendia os arquivos diplomáticos como relevantes para o campo das relações internacionais, mas não suficientes. As forças morais e materiais como movimentos nacionais e forças econômicas precisam ser consideradas se o objetivo for construir um conhecimento mais abrangente e dinâmico da vida internacional.

Assim, um dos pontos em que a *Escola Francesa* se diferencia como teoria é a sua rejeição a explicações universalistas. Concebido inicialmente por volta dos primeiros anos do pós Segunda Guerra Mundial, o pensamento francês ainda engatinhava quando o primeiro debate das RI se formava. Por mais que a intenção das primeiras correntes de Relações Internacionais tenha sempre sido a descoberta de fórmulas de prevenção das grandes guerras, a metodologia empregada costumou se provar sempre distinta.

O paradigma realista, vitorioso deste primeiro embate, não se desprende totalmente da história, tendo em Carr (1996), um historiador, um de seus representantes mais influentes. A natureza da pesquisa realista em seu trato com a História, no entanto, não se aproxima do nível de importância dada pela Escola Francesa. Enquanto os realistas se preocupam em explicar a realidade através da aplicação de máximas teóricas e se autoflagelando com a parcimônia científica própria da racionalidade, os franceses se desprendiam de amarras metodológicas ao admitir que a História não se trata apenas de um repositório de casos, mas de uma fonte metodológica por excelência. A teoria de toda a política internacional não estaria contida num único livro, como tentaram realistas renomados, como Morgenthau (2003) e Waltz (1979), mas na vida política e social.

A teoria que vinha sendo desenvolvida sob a tutela de Renouvin acredita que conclusões teóricas são produzidas a partir da identificação de regularidades ou padrões específicos, dados oriundos de pesquisa empírica, e não através de modelos analíticos prévios. Ou seja, ainda há uma preocupação com a possibilidade de falha hipotética, mas o caminho metodológico é contrário ao dos realistas. Para a Escola Francesa, a hipótese não existe antes de se levantarem possíveis causas. Dessa forma, se criou o conceito de “multicausalidade” (Duroselle, Renouvin, 1967; Duroselle, 2000), que nada mais é do que um leque aberto de

causas ou influências que, com pesos diferentes, podem desencadear determinado fenômeno. Isso significa que cada situação é específica e possui uma gama de explicações, dependendo da visão dos líderes, dos arranjos institucionais, da opinião pública, da tradição nacional, dentre vários outros. Em outras palavras, o conceito entende que todo o fenômeno possui um vetor de causas, uma explicação particular e única que pode ser desenvolvida através de variáveis que se encontram no passado (distante ou recente), construindo uma teoria com base na História e na sua interpretação.

Ou seja, uma característica central da Escola Francesa é sua aversão pelas certezas e apreço pela possibilidade. Não é o mesmo que dizer que não existem padrões com similaridades entre fatos e momentos históricos, mas esses padrões só podem ser revelados através da constante observação empírica, sempre alheia à tentativa de explicar uma realidade antes de acessá-la em níveis mais profundos.

A partir disso, um dos principais conceitos desenvolvidos pelo autor e por Jean-Baptiste Duroselle e que orientam o trabalho é o de “forças profundas”, que considera os diferentes momentos de evolução das relações internacionais através de um conjunto de causalidades sobre as quais atuam os homens de Estado em seus desígnios e cálculos estratégicos (Duroselle, 1998). Através dela, Renouvin e seu discípulo entendem fatores econômicos e comportamentos coletivos como forças nas relações internacionais que influenciam na psicologia dos homens de Estado e nas formulações das políticas exteriores (SARAIVA, 2007, p.14). Assim, as “forças profundas” podem ser entendidas como vetores sociais que influenciam diretamente a movimentação de organismos políticos.

Para ilustrar essa teoria, existem duas esferas: a primeira fala das forças em si e a segunda do objeto onde essas forças são aplicadas. As forças se agrupam em um conjunto extensivamente trabalhado por Pierre Renouvin e abarcam diversos fenômenos históricos e sociais. A segunda esfera, do objeto, é representada pelo homem de Estado, tipo ideal construído por Duroselle para representar o Estado, ou outra burocracia política similar, ator principal das relações internacionais de acordo com essa corrente teórica. A inter-relação entre essas duas esferas cria o mecanismo analítico das “forças profundas” a partir de dois sistemas baseados no conceito de multicausalidade. O primeiro deles é o sistema de causalidades em si, representado pelas forças vetoriais supracitadas. O segundo, diz respeito

às finalidades, normalmente representadas pelo cálculo racional do tipo ideal homem de estado.

É importante salientar que, nesta pesquisa, busca-se trabalhar com as *forças profundas* em sua totalidade, existindo uma preocupação com as causalidades e com as finalidades. Entretanto, não faz parte do escopo atual discutir o homem de Estado em nível conceitual, mas utilizar os conceitos e as “forças profundas” para análise do objeto a que se propõe, o movimento separatista escocês. Esse raciocínio segue a lógica utilizada pelos próprios autores, conforme trazido na análise de Carlos Henrique Canesin (2008, p. 131) que, ao buscar definir o modelo metodológico da Escola Francesa, pontua que “(...) não interessa a constituição interna do estado e as características de seu governante. A decisão pode ser fruto de uma inteligência humana ou produto de um *output* automático (...)”. O importante é compreender o resultado do processo de síntese dos vetores sociais presentes no sistema de causalidades, e como este culminou nos movimentos que compõem o sistema de finalidades, pouco importando a peça catalítica. Em suma, o sistema de finalidades não se resume ao homem de estado literal, mas à sua representação conceitual, podendo compreender indivíduos e/ou grupos de poder político legítimo (DUROSELLE, 2000).

As “forças profundas”, que representam a linha condutora deste trabalho, podem ser de diversos tipos, tendo Renouvin as dividido em: geográficas, demográficas, econômicas, de mentalidade coletiva e de correntes sentimentais. Em *Historie des relations internationales* (1990), essas forças se dividem em tópicos um pouco mais específicos: fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas, questões financeiras, sentimento nacional, nacionalismos e sentimento pacifista. Ainda assim, para o autor, o estudo das forças profundas implica tratar questões tão amplas que não é possível dominar todas (1990, p.11). As forças que mais estarão presentes neste estudo são as econômicas, o sentimento nacional e o nacionalismo.

Para se ter um entendimento amplo das forças econômicas, é preciso estudar todos os fatores que podem afetar economicamente um Estado: as modificações da política de intercâmbios, as lutas pelos mercados de exportação e pelas reservas de matérias primas, as vias de comunicação marítimas e tudo que estabeleça a natureza das relações entre os interesses materiais e os interesses políticos (Renouvin, 1990, p.73). Matérias primas como mineral de ferro, carbono e petróleo, por exemplo, já causaram grandes dificuldades nas



relações internacionais. Esse último, em especial, foi e ainda é alvo de muitas controvérsias por ter se tornado um dos principais combustíveis, essencial para transportes terrestre, marítimo e aéreo. Esse é, inclusive, um dos pontos sensíveis para o movimento separatista escocês, já que a Escócia possui grandes recursos em petróleo e gás natural (KEATING, 2009). Essa questão, entretanto, será discutida mais a frente.

O sentimento nacional talvez seja a força profunda mais presente no trabalho, já que trata de emoções coletivas, tradições e pertencimento. É um fator que coloca o grupo na frente do indivíduo, impulsionando um sentimento de solidariedade que se retroalimenta através da consciência coletiva e de suas manifestações:

*El historiador, así como el observador de los acontecimientos contemporáneos, se topa a cada instante con las manifestaciones de ideas o de emociones colectivas que tienen lugar en el seno de una comunidad cuyos miembros están conscientes de la solidaridad de intereses o de tradiciones que los une y se hallan dispuestos, en caso de choque con las comunidades vecinas, a sacrificar sus intereses individuales por los del grupo al cual pertenecen (RENOUVIN, 1990, p. 171)*

A solidariedade do grupo, a disposição para sacrificar interesses individuais e o sentimento de pertencimento de uma comunidade são, segundo o autor, elementos que aparecem em grupos cuja organização seja feita a partir de um parentesco entre as famílias, com membros limitados. É a partir do momento que tais formas de consciência coletiva se manifestam no senso de grupos maiores, fora de qualquer parentesco familiar, que surge o sentimento nacional.

São muitos os fatores que influenciam no sentimento nacional. O território, por exemplo, determina uma analogia entre as condições climáticas, o relevo e a vegetação, podendo até ocasionar algum tipo de integração regional. Os traços físicos também podem aparecer como um fator, gerando solidariedade entre os homens. A língua determina o vocabulário, a literatura e até mesmo a forma de pensar, criando um patrimônio de concepções comuns (HERDER, 2002). Um fator muito presente nesse estudo também será a memória histórica, já que as lutas anteriores por independência formaram um sentimento comum na Escócia, reconhecendo heróis, como *William Wallace*, e unido o povo através do sofrimento que eles acreditam ter passado:

*A menudo constituye un factor importante en el desarrollo del sentimiento nacional: evocación de los "héroes" de la historia militar y de las luchas sostenidas contra el extranjero; recuerdo de las grandes obras que señalaron en el mundo la expansión de la influencia de un Estado y de su pueblo. Esta memoria histórica se invoca con una insistencia especial cuando el Estado y su pueblo han sufrido sinsabores recientes (RENOUVIN, 1990, p.172-173)*

Outros elementos que formam o sentimento nacional e que merecem destaque são as tradições, a religião, causa de muitos conflitos entre Escócia e Inglaterra, as condições econômicas e as disparidades sociais. A divisão em fatores é importante por dois motivos: 1) categoriza todas as formas de influência e 2) mostra que nenhum desses fatores, sozinho, é suficiente para formar tal sentimento. Apesar de todos eles terem algum grau de influência direta ou indireta, é o conjunto de circunstâncias e condições que cria o sentimento nacional.

A última força profunda apontada por Renouvin (1990) que merece destaque diz respeito ao nacionalismo, que também se divide em várias formas, dependendo do temperamento de cada povo, dos interesses nacionais, do sentimento religioso e de diversos outros fatores. Esse ponto também será discutido mais a frente, em um tópico específico, já que se trata de um conceito base neste trabalho e são muitas as definições e aplicações ao termo nacionalismo.

Finalmente, a complexidade da teoria permite avaliar o fenômeno de maneira mais aprofundada, o que não é facilmente aplicável em alternativas que seriam, em certo ponto, similares na capacidade analítica. O trabalho de Morgenthau (2003), por exemplo, está baseado em um raciocínio de manutenção do máximo rigor científico. Sua pesquisa possui uma enumeração dos elementos constitutivos do poder nacional, facilmente comparável, por sua natureza tipológica, com as forças profundas.

Morgenthau (2003) agrupa diversos elementos (em sua maioria de caráter material, mas também alguns de caráter ideacional) defendendo que cada um deles teria um peso na constituição do poder real de uma nação.

O autor entendia que todos os elementos enumerados possuíam relevância para definir as ações dos Estados, mas define que essas ações sempre serão direcionadas em termos de poder. Em outras palavras, por mais diversos que os elementos listados sejam, o que importa é

o seu peso para o cálculo estratégico da ação estatal. Facilmente enumeráveis e comparáveis, essas forças seriam passíveis de análise situacional, munindo tomadores de decisão com informações prévias à sua ação.

Já a *Escola Francesa* vai em um rumo diferente, entendendo que as forças profundas não são forças automaticamente aglutináveis e, quando catalisadas pela estrutura estatal, não podem ser traduzidas em poder real. Longe disso, as forças profundas seriam *forças* em si, vetores de mudança próprios, capazes de gerar mudança *nos* Estados e não *através* dos Estados. É nesse ponto que essa teoria se provará mais adequada à esta iniciativa.

A *Escola Francesa* talvez tenha sido a principal teoria escolhida porque, além de dar um norte metodológico, ela não despreza nenhum dos componentes que podem ter influência no movimento separatista escocês. Os elementos econômicos, políticos ou pessoais citados ao início do texto não são ignorados, eles fazem parte da interpretação e são considerados também como forças atuantes. História não é apenas passado, é aprendizado e explica fenômenos atuais. Dessa forma, um evento ligado à religião, por exemplo, pode ser um momento-chave em um acontecimento histórico que mudou todo o desencadear das coisas, sendo determinante no hoje e no amanhã.

## **2.2 – Construtivismo e Identidade**

Para além da Escola Francesa, se faz necessário construir o conceito de identidade neste trabalho a fim de estruturar melhor os elementos que compõem o movimento separatista escocês. Com essa finalidade, será utilizado o construtivismo, uma teoria das RI que surgiu a partir de uma aversão americana ao pluralismo, fazendo questões “ideacionais” ganharem força na discussão sobre o que mantém o mundo funcionando (RUGGIE, 1998, p. 855). Ao não responderem como os interesses e as identidades são formados, e ao tomá-los como objetos dados, as correntes *mainstream* criam um vácuo analítico no que tange à possibilidade de mudança. Além disso, elas não nos dão a possibilidade de compreender como identidades e interesses específicos moldam as ações dos Estados. Para tentar fechar esse espaço, alguns

autores como Nicholas Onuf (2012) e Alexander Wendt (1999) se concentraram na construção de uma teoria mais próxima da sociologia, que parte do princípio de que o ser humano vive em um mundo socialmente construído e em constante (re)construção.

O construtivismo surge pela primeira vez nos estudos das Relações Internacionais em 1989, na ocasião da publicação do livro de Nicholas Onuf intitulado *World of Our Making – Rule and Rules in Social Theory and International Relations*, seguido do artigo *Anarchy is What States Make of it*, de Alexander Wendt, publicado em 1992. Sua premissa básica: o ser humano vive em um mundo socialmente construído, produto das escolhas de seus habitantes. Segundo John Ruggie (1998) a corrente foca nas intersubjetividades da consciência e das relações humanas, bem como no seu papel internacional. Outro ponto fundamental da teoria é apontado por Onuf (2012) ao sugerir uma releitura da famosa discussão metodológica sobre o foco analítico, o clássico debate agente e estrutura. Para o autor, os dois elementos são co-constituídos, não existindo um sem o outro. Esse processo de co-constituição é contínuo e permanente.

A estrutura internacional na visão construtivista é formada por dois elementos principais, Estados e anarquia, e leva em consideração um conceito que vai além das discussões de limitação e constrangimento estrutural presentes nas teorias anteriores. Essa discussão é muito presente em Wendt (1999), que admite a anarquia do sistema, mas se apropria de ferramentas da Escola Inglesa para chegar à conclusão de que não existe uma "lógica anárquica" (1999, p. 247), uma visão compartilhada por Onuf (2012)<sup>7</sup>. A anarquia não nos diz o que há, mas o que não há. Portanto, não é uma coisa em si. O que dá forma à anarquia são as pessoas e suas relações sociais. Dessa forma, a estrutura construtivista se torna muito mais flexível do que as construídas nas visões neoutilitaristas. E essa característica fica ainda mais clara quando Wendt (1999) afirma que a estrutura molda o agente, mas que também pode ser modificada ao longo do tempo.

Se as regras partem de ideias socialmente construídas e coletivamente institucionalizadas (ONUF, 2012), chega-se à conclusão de que um agente ou um conjunto de agentes pode modificar o *status quo* a partir de sua interpretação. Essa relação elástica entre agente e estrutura é o que diferencia a análise de Wendt daquela dos estruturalistas com base realista, por exemplo.

---

<sup>7</sup> Que questiona a utilização da própria palavra "anarquia" para categorizar o sistema, sugerindo, em contrapartida, o termo *heteronomia* (2012, p. 20).

Nesse sentido, pode-se dizer que a natureza da relação entre Estados é formada primordialmente por ideias, e não por forças materiais. Esse argumento é carregado de significado: as ideias e identidades são, às vezes, mais importantes para determinar a natureza de relações internacionais do que a balança de poder ou a distribuição de capacidades, na visão construtivista.

Dessa forma, entramos em um dos conceitos mais relevantes para o trabalho e que o construtivismo trata com certo destaque: a identidade. Apesar de nem todos os construtivistas considerarem o conceito importante e útil do ponto de vista analítico - Onuf, por exemplo, considera sua força analítica muito limitada para lidar com eventos sociais em geral, seguindo uma definição cognitiva das identidades (2012) – a incapacidade dos positivistas tradicionais em lidar com o conceito de identidade de maneira endógena representa uma de suas principais lacunas e um dos principais atrativos do construtivismo para esses autores (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.167-168). É exatamente nisso que Wendt (1994) se foca: instrumentos analíticos internos para explicar a construção das identidades e não considerá-las mais como simplesmente predeterminadas. Sua compreensão é de que as identidades precedem os interesses e se formam em processos relacionais entre identidade e diferença (WENDT, 1994).

Em *Collective Identity Formation and the International State*, Wendt definiu as identidades coletivas como produto de processos relacionais sujeitas a mudanças (1994). Com esse argumento, o autor entende que mudanças nas identidades coletivas podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia, o que vai de encontro a uma das premissas centrais do realismo – a ação dos Estados em prol da defesa do interesse nacional. Dessa forma, Wendt (1994) traz uma nova premissa: “(...) antes de defender o interesse nacional como algo previamente determinado, é preciso definir esse interesse nacional e, para defini-lo, é preciso definir as identidades que estão em sua origem.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.176-177).

O raciocínio trazido aqui por Nogueira e Messari permeia todo o capítulo e fica evidenciado na maneira pela qual as subdivisões que ilustram a base teórica do trabalho foram pensadas. O primeiro ponto salientado até então é de que questões ideacionais são tão ou até mesmo mais relevantes do que questões materiais quando se trata de relações internacionais. Dentre essas questões ideacionais, a identidade possui posição de destaque, muito em função da sua capacidade de determinar a ação de agentes internacionais. Essa capacidade,

primordialmente trazida para a discussão pelos construtivistas, certamente foi absorvida pelos autores das principais correntes teóricas, justificando a sua importância: mesmo aqueles que um dia podem ter relegado o peso das ideias em detrimento das capacidades materiais, demonstram um movimento revisionista, incluindo esta diretriz em seus trabalhos mais atuais. Basta uma rápida busca para verificar as mudanças ocorridas dentro da corrente pluralista, por exemplo, como o trabalho de Moravicsk (1994), que trata da importância dos grupos de pressão para a construção do interesse nacional; e os de Joseph Nye (2010) que desenvolve seu próprio conceito de *soft power*, incluindo a esfera do *smart power*. Em outras palavras, o construtivismo na verdade acaba por traduzir um fenômeno que diz respeito à maneira pela qual o interesse nacional é construído, do centro das estruturas estatais até a escala internacional.

Partindo para um pensamento ainda mais sociológico, vemos em Bauman (2005) uma definição prática de identidade: “(...) minha identidade (ou seja, o meu ‘eu postulado’, o horizonte em direção ao qual eu me empenho e pelo qual eu avalio, censuro e corrijo os meus movimentos).” (2005, p. 21). Em outras palavras, a identidade agiria como um juiz interno ou consciência, que nos direciona ao longo da vida. A auto avaliação e a censura dependem, obrigatoriamente, de um parâmetro do que é ideal ou de uma noção de certo e errado. Essa referência / parâmetro seria a identidade, que funciona como um guia para o indivíduo.

Nesse sentido, também é importante salientar que identificar-se com algo “significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar.” (2005, p. 36). Então, essa referência que nos guia também nos limita, já que aceitamos fazer parte de algo mutável. Imaginemos, por exemplo, uma identificação de pertencimento local: quando nos enxergamos e nos determinamos como brasileiros, levamos o ônus e o bônus da categoria. E continuaremos sendo brasileiros mesmo que algo que discordamos aconteça no nosso país. Acontece também com elementos sobre os quais temos escolha se a identificação for posta como racional: se um indivíduo torce para e se identifica com um determinado time de futebol, ele carrega consigo todos os elementos relacionados àquele nicho, que é mutável. Ou seja, o elemento de identificação é mutável e, enquanto decidirmos fazer parte dele (porque o nosso desejo também é mutável), aceitamos um pacote sobre o qual não podemos influenciar. Existe uma realidade com sinais e estímulos próprios, questões essas que passam pelo filtro da identificação do indivíduo. Se identificar com essas questões pode dizer respeito à vontade deste indivíduo, mas alterar estas realidades com vias a facilitar seu pertencimento,

estaria além das suas capacidades. Por mais que a identificação e o objeto sejam mutáveis, não é possível que o indivíduo aja sobre eles visando aproximá-los. Nesse sentido, é possível afirmar que a agência do indivíduo seria limitada. Se identificar nunca significaria produzir algo, levar para fora e olhar novamente, mas olhar algo de fora, interpretar o estímulo e sentir identificação.

Dessa forma, a visão de Bauman também se encaixa perfeitamente à corrente construtivista, entendendo que algo que é mutável, está em constante construção. O autor se percebe em um líquido mundo moderno, onde buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento (*Ibid*, p.33). Dessa forma, lutamos para nos juntar a grupos igualmente móveis e velozes, mas não por muito tempo, transitando e mudando as nossas identificações de acordo com as alterações no rumo da vida.

Ao percebermos que o mundo atual é líquido e está em constante mudança, entendemos que ele está também em permanente construção, como defendem os teóricos construtivistas. E com a identidade não é diferente:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p. 17)

Ao tentar entender essa construção identitária no contexto de uma nação, a análise se torna um pouco mais complexa, já que a identidade nacional pode ter motivações políticas e culturais. Componentes como línguas, memórias, costumes e hábitos locais vão se formando com o tempo mas também podem ser reforçados e impulsionados por manobras políticas. É difícil determinar o peso quando existem diversos elementos de etnicidade e de patriotismo, naturais e criados, envolvidos.

Segundo o modelo cívico de nacionalidade, a identidade nacional é puramente política. Nada mais é do que a escolha do indivíduo de pertencer a uma comunidade baseada na associação de indivíduos de opinião semelhante. A versão étnica, ao contrário, sustenta que a identidade nacional

é puramente cultural. A identidade é dada ao nascer; ela se impõe sobre o indivíduo (BAUMAN, 2005, p. 66)

Entrando um pouco no caso escocês, Bauman (2005) exemplifica como a identidade nacional pode ser criada e recriada por motivações políticas ou econômicas, demonstrando mais uma vez a liquidez do mundo atual e da própria identidade:

Os escoceses ‘redescobriram’ o seu sentido de nação, junto com o fervor patriótico, quando o governo de Londres começou a embolsar os lucros pela venda de licenças para a exploração do petróleo na costa da Escócia (esse nacionalismo renascido começou a perder muitos patriotas recém-recrutados quando o fundo começou a se mostrar embaixo das plataformas petrolíferas do mar do Norte) (BAUMAN, 2005, p. 63)

Em um dado momento, Onuf (2012) argumenta que os homens e mulheres são seres gregários e o que os torna humanos são as relações sociais. Da mesma forma, países e sociedades também são construções sociais, que são co-constituídos por pessoas, em um processo de duas vias. Hall (1999, p.49-50) se alinha com esse pensamento, concebendo identidade como um conjunto de representações culturais construído em situações específicas.

Ainda segundo Onuf (2012), qualquer padrão de regras, instituições e consequências dão à sociedade uma estrutura. Quando várias pessoas operam coletivamente como agentes e quando existe certo nível de identidade, essas pessoas constituem um país. A partir da ideia de que Estado e nação precisam um do outro, Bauman (2005) defende que a identidade surgiu, desta forma, como uma convenção socialmente necessária e fabricada:

O Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia da sua continuidade. Por outro lado, uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária. Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. (BAUMAN, 2005, p. 27)



Nesse contexto, Onuf (2012) também aponta que quando um discurso é constantemente repetido, os envolvidos percebem aquela repetição como significativa. Muitas vezes repetido, o discurso se torna uma convenção e todos passam a acreditar naquelas palavras. Quando existem elementos identitários que unem um grupo de pessoas e isso se traduz em uma manifestação oral, o discurso ecoa, dando voz ao nacionalismo, entendido aqui como um dos principais ingredientes que dão origem a um movimento separatista.

O separatismo, segundo Franco (1994), tem por causa a inexistência de um autêntico sentimento de fraternidade cimentando a unidade nacional. Assim, entende-se que um grupo de pessoas que se identificam entre si mas não se percebem como parte da unidade que pertencem, a princípio, poderiam construir um outro país, separado do primeiro.

Mas para Bauman (2005), a identidade nacional nunca foi como as outras identidades, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade exclusiva. A identidade nacional precisa, por essência, ser única. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças, ela traça a fronteira entre “nós” e “eles” (2005, p. 28). Essa fronteira ideacional indica que os conceitos e motivações da identidade nacional e do nacionalismo partiriam, fundamentalmente, de um desejo de se separar, ou se diferenciar, dos demais. A divisão que está no sentimento rapidamente se transforma em divisas geográficas e faz cada sujeito ficar no seu espaço delimitado de bom grado, já que é a sua nação.

Mas nacionalismo é um tema amplo e com muitas definições teóricas, então ele será abordado de forma mais cuidadosa no próximo tópico.

### ***2.3 – Nação e Nacionalismo***

A última seção deste capítulo fecha o arcabouço teórico necessário para a avaliação do movimento separatista escocês. Em conjunto com as literaturas da Escola Francesa, que recomenda adentrar na História para compreensão do objeto, e do Construtivismo das Relações Internacionais, que encarece o papel do subconsciente individual na construção das intersubjetividades coletivas, serão utilizadas bibliografias de nacionalismo, que se mostra como um dos elementos motivadores do movimento em questão.

Primeiramente, é necessário pontuar que o nacionalismo pode ser conceituado de maneiras diversas, que se transmutam dependendo do cerne do que se busca com sua definição. De maneira geral, esse cerne é comum em muitas dessas definições, permitindo o encapsulamento das visões em paradigmas. Segundo Smith (2000, p. 19-20), três debates principais são os responsáveis pela lapidação dos conceitos de nacionalismo. Eles produzem versões e verdades diversas, mas não necessariamente difusas. Em muitos momentos os produtos conceituais destas discussões se aproximam e se tocam, se misturando em interpretações únicas. É por este motivo que se buscará beber em mais de uma fonte, visando identificar elementos relevantes do estudo do nacionalismo dentro da lógica de aplicação sugerida neste trabalho, que é a utilização de um discurso com base em características étnicas, históricas e culturais voltadas para o fortalecimento da autodeterminação a partir da formação de um organismo político formal para a gestão social. Esse movimento segue na esteira dos estudos mais contemporâneos do nacionalismo, que buscam reconectar as bases históricas das nações e reexaminar as conexões simbólicas com seus passados, visando interligar pontos separados das genealogias das nações.

Seguindo nessa linha, seria necessário pontuar duas coisas: em primeiro lugar, o que é nação, já que o nacionalismo seria um produto, um *ismo*, derivado deste conceito; e quando surge essa nação. Para o primeiro objetivo, Kedourie (1960) e Breuille (1985) servirão como base; estes dois trabalhos desembocarão, inevitavelmente, no segundo objetivo, já que ambos precisam se apoiar no surgimento histórico da nação para contextualizar sua definição.

Elie Kedourie (1960, p. 13) analisa as características etimológicas do termo, que surgem do latim *natio*, utilizado para caracterizar grupos compostos por indivíduos que carreguem algum tipo de característica comum, normalmente vinculada ao nascimento. Segundo o autor, estas características estavam vinculadas ao local de nascimento e ascendência linguística, argumento que corrobora a visão dos autores germânicos do século XVIII, dentre eles Herder e Fichte. Até o momento, nação poderia ser caracterizada como um conjunto de pessoas, e nada mais, como escreve o filósofo inglês David Hume em *Of National Characters* (*apud* KEDOURIE, 1960, p. 14).

Este conceito vai sofrendo algumas alterações ao longo do tempo, normalmente conectadas com o desenvolvimento dos sistemas de governo na Europa, e vai adquirindo um teor político. Aos poucos, nação passa a designar mais aquela população que possui direitos

sobre uma determinada terra do que simplesmente uma população que compartilha laços e traços culturais com a mesma terra. É com esta visão em mente que se parte para a análise do trabalho do historiador John Breuilly, mais especificamente da sua visão de nação e nacionalismo em *Nationalism and The State*.

A importância do texto de Breuilly (1985) para este trabalho se dá justamente no ponto em que o autor busca defender a sua interpretação de nacionalismo, entendendo ser necessário justificar o momento em que a nacionalidade passa a ser vocalizada, ou percebida. Para isso, Breuilly (1985, p. 2-3) avalia o conceito de nação, e faz uma inferência relevante a este estudo: a consciência (ou sentimento) nacional já existia na Europa muito antes do século XVIII. No entanto, a sistematização e processamento desta consciência só se deu mais à frente, pois não era possível vincular a expressão sentimental (a consciência nacional) com o discurso político. Essa separação é esclarecida por Breuilly (1985) a partir da análise de dois trabalhos do poeta italiano Dante Alighieri. Em *De Vulgari Eloquentia*, Dante elabora um argumento de defesa ao idioma italiano, localizando e vinculando a nação italiana e essa linguagem particular àquele condomínio populacional. Já no texto *De Monarchia*, o poeta italiano elabora um panfleto sobre “a melhor forma de governo”, e trabalha no sentido de construir um argumento que corrobore a ideia de que a monarquia seria o modelo ótimo a ser adotado (*apud* BREUILLY, 1985, p. 3-4). Nesse sentido, a harmonia universal depende da instalação de um regime monárquico também universal.

Tomando estes dois trabalhos como base, Breuilly (1985) elabora seu argumento de separação, defendendo que a consciência nacional, baseada em questões indenitárias e sentimentais, já existia, mas não se encontrava conectada à política: a preocupação de Dante com a questão nacional (leia-se linguística) é puramente cultural, enquanto que sua inquietação acerca da estruturação de governo é meramente política.

Finalmente, tomando as definições e reflexões acima como referência, seria possível designar *nação* como um conjunto populacional humano, que compartilhe história e cultura, compreendido num determinado território geográfico (mas não necessariamente limitado a ele), formal ou informalmente organizado.

O último ponto da definição acima serve como ponto de partida para a construção de uma definição sobre nacionalismo, pois evidencia o hiato entre a relevância cultural e a aplicação política deste conceito. Hobsbawm (1990), em *Nações e Nacionalismo*, também

mostra que as nações e os fenômenos associados a elas devem ser analisados em questões mais amplas do que a língua ou questões culturais, considerando as suas condições políticas e econômicas, por exemplo. Isso fica claro quando entendemos que os movimentos nacionalistas são obrigados a conviver com uma nova formação social, sendo a mudança por ela ocasionada responsável pela criação de novos componentes, como políticas e representantes.

Norberto Bobbio (1998, p. 795) se aproxima da maioria dos historiadores (KEDOURIE, 1960; BREUILLY, 1985; 1996) quando afirma que o surgimento da nação se dá no contexto da Revolução Francesa. É justamente neste ponto que as interpretações de Kedourie e Breuilly se tocam e produzem a afirmação tanto do nascimento histórico do nacionalismo, como da cristalização da nação como elemento político relevante.

Para John Breuilly (1985, p. 2), o termo nacionalismo é utilizado para designar movimentos políticos que buscam o exercício do poder estatal, e justificam suas ações com base em argumentos nacionais. Estes argumentos seriam baseados em três assunções: a nação é algo real, e possui características peculiares e explícitas, portanto facilmente identificáveis (1); os interesses e prioridades desta nação estariam acima de quaisquer outros interesses (2); a nação precisa ser independente, e isso requer soberania política (3).

Kedourie (1960, p. 9) elabora seu conceito definindo nacionalismo como uma doutrina política inventada na Europa no início do século XIX. A pretensão deste movimento é fornecer a uma determinada unidade populacional as ferramentas necessárias para garantir a legitimidade e autodeterminação de um organismo político próprio.

Tomando estas duas afirmações como base, é possível inferir o motivo pelo qual a Revolução Francesa é o marco principal para a aceitação do nacionalismo como princípio ordenador das sociedades ocidentais, pois é com a queda da Bastilha que se inicia um processo de reorganização social na França, onde os antigos súditos se tornam cidadãos de uma nação. Esse marco é extremamente relevante para ambos os autores, mas também para a construção do argumento central deste trabalho, pois vincula o sentimento nacional ao controle do Estado. É como define Kedourie (1960, p.12): “(...) *the cohesion of the state, and loyalty to it, depend on its capacity to ensure the welfare of the individual, and in him, love of the fatherland is a function of benefits received*”.

Nacionalismo seria, portanto, uma doutrina política moderna, baseada em elementos sentimentais e subjetivos, por sua vez arraigados em questões históricas e culturais, que teria por objetivo o alcance e manutenção da autonomia para a população auto-identificada como “nacional”. Para Benedict Anderson (1991, p.28), essa doutrina não parece ter um fim próximo, sendo a condição nacional o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos.

Para esse trabalho, a interpretação mais utilizada ao se conceituar nacionalismo será a de John Breuilly, especialmente pelo marco histórico apontado e por adicionar o fator político à sua definição. Essa compreensão será detalhada no capítulo que trata do nacionalismo e da sua migração para um movimento separatista.

### 3. UMA HISTÓRIA DA NAÇÃO ESCOCESA

Tudo tem um porquê e que nenhum fenômeno pode ser estudado e completamente compreendido sem que se conheça a sua origem. Para entender a importância do nacionalismo e da identidade em um movimento separatista, é preciso mergulhar fundo na história e compreender o surgimento da vontade de se tornar um país independente. Tendo como principal referência e norteadora metodológica neste ponto a *Escola Francesa*, usaremos o conceito de *Forças Profundas* ao longo deste capítulo.

O separatismo se mostra um tema muito atual. São diversos os exemplos de locais com ideologias nacionalistas e com desejo de prosperar sozinhos, sem fazer parte de um Estado maior (ROESLER, 2008). Em um momento de nacionalismo exacerbado e crescente em diversos lugares ao redor do mundo, a Escócia chama a atenção nesse sentido por ser um país que não é um Estado soberano<sup>8</sup> e que, além do desejo de separação com relação aos outros países, está dentro do Reino Unido, que recentemente deu entrada no processo de saída da União Europeia.

Com o objetivo de identificar os elementos que mais influenciaram no movimento separatista escocês ao longo da História, entendendo de que forma cada um deles atua na conjuntura atual, vamos fazer um panorama histórico que busca seguir uma linha do tempo, elencando e problematizando os momentos-chave com suas implicações para analisar como cada elemento pode atuar e influenciar o atual cenário do movimento separatista escocês. Em alguns casos, entretanto, os tópicos serão separados por tema devido à seus níveis de importância e à necessidade de aprofundamento, a exemplo da religião.

---

<sup>8</sup> O Reino Unido é um Estado soberano e é a entidade usada em organizações intergovernamentais, composto por quatro países: a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte.

### 3.1 – Formação da Escócia

Para resgatar alguns elementos de construção identitária escocesa, traremos um contexto sobre a formação da Escócia como nação a partir das suas primeiras raízes. Boa parte deste apanhado histórico se baseará nos trabalhos de Peter e Fiona Somerset Fry, *The History of Scotland*, e de James E. Fraser, *The new Edinburgh history of Scotland: From Caledonia to Pictland - Scotland to 795*. A primeira parte dessa história começa com os celtas, uma civilização de diversas etnias que se espalhava em tribos por grande parte do território conhecido hoje como europeu, e vai até a o período das “Guerras de Independência”, com início no século XIII.

Entre 800 e 700 a.C, o início da chamada *Scottish Iron Age*<sup>9</sup>, os primeiros celtas se instalam na região representada hoje pela Escócia. Se sabe de duas línguas faladas por esses povos<sup>10</sup>, o *P-Celtic*, mais antigo e do qual derivam o irlandês, o gaélico escocês e a língua manx da Ilha de Man, e o *Q-Celtic*, que se deriva no galês ainda falado no País de Gales. Hoje, a língua falada pela população é o inglês, mas os idiomas iniciais sobrevivem quase como uma forma de reafirmar o pertencimento ao local ou como uma rejeição ao que veio de fora. Renouvin e Duroselle, em *Introducción a la historia de las relaciones internacionales* (2000), entendem a língua como importante elemento da formação da identidade quando fazem a reflexão: “*No cabe duda de que el uso de una misma lengua, a causa de su estructura, de su vocabulario y sobre todo de su literatura, determina una analogía en las formas del pensamiento y favorece la formación de un patrimonio de concepciones comunes*” (p. 172).

Herder (2002), que possui um vasto estudo sobre linguagem, agrega neste ponto do trabalho, também fazendo uma associação entre língua e identidade. Segundo o autor, o pensamento é essencialmente dependente e limitado pela linguagem. Em outras palavras, só se pode pensar se existe uma língua e se o pensamento é capaz de se expressar através dela. O filósofo, que entende a importância da multiculturalidade, argumenta que o indivíduo aprende a falar e a pensar através de um determinado idioma, o que define a forma como ele se vê, se

<sup>9</sup> Período caracterizado pelo uso do ferro como metal, precedido pela Idade do Bronze.

<sup>10</sup> SOMERSET FRY, 2001, p. 12-13

percebe e traduz o mundo. Dessa forma, segundo o autor, a linguagem seria o elemento mais influente na criação de uma identidade nacional, provocando união e identificação. (HERDER, 2002)

O nome *Era do Ferro* se justifica pela habilidade que os celtas tinham com o ferro, sabendo manejá-lo e sendo responsáveis por algumas das estruturas e construções mais duráveis na Europa e por armas mais elaboradas para o período. Essas habilidades começaram a ser desejadas por outros povos e, com o momento de expansão do Império Romano, muitas tribos tiveram seus territórios conquistados. Umas lutaram, outras resolveram se relacionar de forma pacífica e, aos poucos, os romanos foram subindo pela Grã-Bretanha até onde foi possível, aumentando seu império.

Entretanto, na Escócia, chamada de Caledônia pelos romanos, houve uma resistência maior, fazendo com que em 126 D.C o imperador romano Públio Élio Trajano Adriano ordenasse a construção da Muralha de Adriano<sup>11</sup>, uma fortificação que separava a Inglaterra da Escócia – na época, a Caledônia do restante do império. O objetivo era delimitar o território e protegê-lo, mas uma das justificativas era separar simbolicamente o mundo civilizado (romano) dos povos bárbaros, o que posicionava o império romano como soberano e organizado.

A construção de 118 quilômetros foi feita para proteger e dar manutenção ao território conquistado e se manteve com tropas até o início do século V, quando os romanos se retiraram da Grã-Bretanha. Hoje, as pedras e turfa não resistiram por completo e suas ruínas são consideradas Patrimônio Mundial da UNESCO, movimentando o turismo local, mas o símbolo dessa divisão sobreviveu aos séculos, separando os dois povos que teriam formações distintas dali em diante.

---

<sup>11</sup> GOLDSWORTHY, Adrian, 2018.





Ilustração 1 - Map of northern Britain Jeff Edwards

Fonte: adaptado de GOLDSWORTHY, Adrian. **Hadrian's Wall**. New York: Basic Books, 2018.

A divisão, portanto, criou a Caledônia, correspondente à Escócia ou ao território ao norte da Muralha de Adriano. Os caledônios se tornaram imediatamente inimigos do império romano, sendo alvos de constantes invasões ao longo dos séculos. Nenhuma delas foi bem-sucedida o suficiente para que os romanos conseguissem ocupar a Caledônia, tornando a sobrevivência das tribos possível.

Essa divisão é importante do ponto de vista da Escola Francesa das Relações Internacionais porque a geografia é uma das forças profundas que age sobre o Estado, juntamente com fatores econômicos, demográficos, identitários, religiosos e os nacionalismos. O território é algo que une uma população, já que tradições e influências são transmitidas principalmente para quem se está próximo geograficamente:

*La vida en común en un mismo “espacio” determina una analogía entre los géneros de vida que, en gran medida, están ligados a las condiciones del clima, el relieve, el régimen de las aguas y la vegetación. En ocasiones también puede ocasionar una “integración cultural.” (RENOUVIN; DUROSELLE, 2000, p. 171)*

A estrutura societária dos povos da Caledônia foi criando o sistema de clãs, existente até hoje. Ela era composta por homens livres, sujeitos e escravos, sendo que o primeiro grupo estava acima dos demais e era formado por pessoas com parentesco familiar. Eles tinham mais direitos, desde as terras até a opção de carregar armas e participar de assembleias, e, dentre essas pessoas livres, a mais forte e poderosa se tornava o líder, que passava a ser visto como um pai para os membros do grupo. O líder chamava os demais de *Clann*, palavra que em gaélico significa *filhos*, e seus membros levavam o nome do seu líder, colocando a palavra *Mac* ou *Mc* na frente, que significa *filho de*. Isso gerou numerosos nomes de família que permanecem até os dias de hoje, como MacDonald, MacKenzie, MacGregor, dentre outros. Os nomes e a estrutura dos clãs são tão antigos e representam tanto para os escoceses que perpassam elementos identitários, simbolizando família, lealdade e orgulho. Esse sistema se transformou aos poucos na organização política e social que foi definindo o poder e até mesmo as leis dos reis escoceses, moldando o futuro da Escócia.

Aqui vale pontuar o que Renouvin e Duroselle (2000) chamam de sentimento nacional. Segundo os autores, essa força aparece quando existe uma solidariedade em que o indivíduo está disposto a sacrificar seus interesses em prol do grupo a qual pertence. Essas formas de consciência coletiva devem se manifestar dentro de grupos humanos maiores, fora de um relacionamento familiar, para caracterizar o sentimento nacional. Na Escócia, é interessante perceber que o sistema de clãs conseguiu *simular* a ideia de família no coletivo, através das nomenclaturas e da forma como os membros se relacionavam com seu líder. Da

mesma forma, os interesses do clã deveriam vir em primeiro lugar e seus integrantes o faziam com grande satisfação (SOMERSET FRY, 2001).

Um ponto importante sobre o sistema de clãs é a forma como o líder chegava na sua posição: o chefe não recebia a tarefa por descendência familiar, mas era escolhido por todo o clã por ser a melhor pessoa para o serviço. Sua função era assegurar o bem-estar geral do clã, garantindo que a terra fosse comunitária e todos os seus membros estivessem protegidos. Um elemento muito simbólico para essas formações era o *tartan*, o padrão de xadrez que é único para cada clã e que futuramente, no século XVIII, começou a ser usado nos *kilts*<sup>12</sup>. O *tartan* até hoje tem muito significado para os escoceses, sendo usado como referência de pertencimento a um determinado clã. Isso demonstra a necessidade que o ser humano tem de se identificar com algo ou com um lugar – a identidade faz eles se sentirem escoceses, mas, antes disso, eles são pertencentes a um clã.

Dentre os chefes de clãs, também era escolhido um líder geral para o território todo, então alguns historiadores defendem que, ao final do século IX, a Escócia começava a se tornar uma nação, já que possuía uma população que ocupava um espaço delimitado e um líder com poder criar uma estrutura administrativa. Isso se justifica a partir da definição de Anthony Smith (2000, p.20) de nação: *“a named human population occupying a historic territory or homeland and sharing common myths and memories; a mass public culture; a single economy; and common rights and duties for all members”*

Kenneth MacAlpin é o primeiro nome que pode ser apontado como rei escocês, ou seja, o chefe de todos os clãs, já que se tem documentos datados relacionados ao seu reinado, como a sua coroação em 839. A partir dele a sucessão se deu por parentesco e pode-se desenhar toda a linha genealógica; Kenneth é ancestral de todos os reis e rainhas da Escócia, inclusive Malcolm III, conhecido por ter criado muitas instituições escocesas e ser um consolidador do reino (SOMERSET FRY, 2001). As dinastias e regimes foram passando por diversos governantes ao longo dos séculos até mais ou menos 1296, quando se começa um momento marcante na história da Escócia que será tratado de forma separada: as guerras de independência.

---

<sup>12</sup> Traje escocês semelhante a uma saia.

### 3.2 – Guerras de Independência

Em 1286, com a morte do rei escocês vigente sem herdeiros, começou-se uma disputa entre os principais clãs pela coroa. Sem um consenso, os líderes de cada clã solicitaram a presença do então rei da Inglaterra, Edward I, para arbitrar o conflito. O rei fez uma série de exigências, que fizeram com que ele fosse nomeado Senhor Regente do Reino da Escócia e levasse tropas para a fronteira como forma de proteção. John de Balliol foi o escolhido para a posição de rei da Escócia, mas o processo até se chegar a essa decisão tomou proporções maiores do que o esperado, fazendo com que a Inglaterra tomasse posições e castelos vitais na região e conquistasse a lealdade dos lordes do país.

Os eventos, claro, se sucederam de forma planejada. Edward I foi o primeiro a vislumbrar a ideia de um Reino Unido, de forma que a *união* fosse traduzida em *subordinação*:

*When Alexander's death was known, the news was received with the greatest sadness throughout Scotland. In England, however, Edward I heard it with some satisfaction. He had recently conquered Wales and sought to build a United Britain under one king – himself. (...) The unification of Britain would be achieved, But whether the Scots wanted this or not never entered Edward's head: the Plantagenets were unaccustomed to bothering about other people's wishes when their own desires were involved. (SOMERSET FRY, 2001, p. 76)*

A essa altura, o rei John de Balliol já prestava homenagens ao soberano da Inglaterra, que via a Escócia como um reino vassalo. Isso fez com que a Escócia fosse *perdendo* a sua independência aos poucos. Na primeira ação em que novo rei, que era visto como fraco pelos clãs, foi contrária ao que a Inglaterra esperava, tropas inglesas foram enviadas ao norte, saquearam Berwick, massacraram o exercito escocês em Dunbar e capturaram John de Balliol, lhe tirando a coroa e seus títulos. Muitas outras fortificações foram tomadas, como Roxburgh, Edimburgo e Stirling. Oficiais ingleses receberam a função de recolher taxas e todos os juízes escoceses foram substituídos por ingleses. A Escócia tinha sido oficialmente

dominada. No ano seguinte, se iniciou a revolta - os senhorios escoceses começaram a se reunir para reconquistar o país, dando início às *Guerras de Independência*.

Esse período de guerras contra a Inglaterra tem um papel fundamental na formação da identidade escocesa. A motivação para expulsar os estrangeiros que subitamente tomaram conta do território fez a população se unir, reforçando e solidificando elementos culturais. Até então, existia rivalidade entre clãs e diferenças no modo de vida entre os highlanders (povo das terras altas, no norte) e os lowlanders (povo das terras baixas, no sul), mas nada é tão eficaz para unir os povos quanto um inimigo em comum, e esse foi o combustível necessário para que os escoceses encontrassem as semelhanças em meio às diferenças. Eles usam os elementos identitários e o orgulho pelo local de nascimento como a alavanca necessária para reconquistar suas terras e sua liberdade.

O primeiro sinal de revolta se deu quando William Wallace, um cavaleiro escocês, matou um comandante inglês. Em pouco tempo, ele já tinha reunido um grupo de guerreiros determinados a expulsar os ingleses da Escócia. Aos poucos, essa rebelião foi aumentando e retomando uma série de castelos no Norte. Ao mesmo tempo, outro grupo de resistência se formava no Oeste, liderado por Andrew de Moravia. Wallace e Moravia uniram suas forças em setembro de 1297, se autodenominando Comandantes do Exército do Reino da Escócia. Moravia, entretanto, morreu pouco tempo depois em batalha, o que deu maior destaque heroico a William Wallace, que continuou com os ataques.

Com um preço pela sua cabeça, Wallace se escondeu por alguns anos, mas foi capturado em 1305, tendo sido condenado por alta traição:

*In 1305 he was betrayed, it is said by the servant of a pro-English lord, and taken to London for trial. He was found guilty of treason – an astonishing verdict when one considers that he had never accepted the overlordship of Edward and was but a patriot fighting in and for his own country. Wallace was hanged, drawn and quartered, the English punishment for treason. His head was spiked on London Bridge and the four quarters of his corpse displayed at key points in Scotland. (SOMERSET FRY, 2001, p. 79)*

Ao tentar dar o exemplo de punição para traidores, os ingleses acabaram transformando Wallace em símbolo de resistência e inspiração para a população escocesa. Um

herói se transforma em um mito para uma nação ou povoado, fazendo com que as pessoas se apeguem a uma imagem de bravura e tornando-o mais um elemento do nacionalismo. O herói é como todos gostariam de ser: justo, corajoso e que luta não só pela sua liberdade, mas pela liberdade de seus compatriotas. Assim, movimentos com bases nacionalistas se usam deles como forma de motivação e autoadmiração do que *um dos seus* pode fazer. Isso é o que Hobsbawm (2008) chamaria de *tradição inventada*:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p.9)

Renouvin e Duroselle (2000) também fazem uma reflexão sobre os heróis e sobre como a memória histórica pode ser tornar uma força e um importante elemento na formação do nacionalismo:

*A menudo constituye un factor importante en el desarrollo del sentimiento nacional: evocación de los “héroes” de la historia militar y de las luchas sostenidas contra el extranjero; recuerdo de las grandes obras que señalaron en el mundo la expansión de la influencia de un Estado y su pueblo. Esta memoria histórica se invoca con una insistencia especial cuando el Estado y su pueblo han sufrido sinsabores recientes* (RENOUVIN; DUROSELLE, 2000, p. 172-173).

Não quer dizer que o personagem histórico em questão não existiu ou que não teve relevância nos eventos que o envolvem, mas a cristalização do herói como mito carrega uma simbologia que encoraja o orgulho nacional. Até hoje William Wallace é visto como uma referência para os escoceses, tendo sua história romantizada em livros e filmes como *Coração Valente*. Mas ele não foi o único personagem de destaque desse período de Guerras de Independência.

Em 1306, ano seguinte à morte de Wallace, Robert de Bruce assume a liderança escocesa e se auto proclama rei da Escócia, sendo apoiado por vários nobres e senhorios. Ele

reuniu tropas e seguiu batalhando contra a Inglaterra por alguns anos, passando pela morte de Edward I, em 1307, e de Edward II, seu filho, em 1327. Depois de 31 anos de guerras, o sucessor à coroa inglesa, Edward III, decidiu retroceder e, em 1328, assinou o tratado de Edimburgo-Northampton, documento que reconhecia a independência da Escócia e o reinado de Robert I. A Escócia conquistou a tão almejada independência. Apesar da instabilidade que ainda estava por vir nos anos seguintes, é importante destacar que a Escócia foi um país livre por alguns séculos após o período de Guerras de Independência. O Reino Unido como se conhece hoje é relativamente recente e talvez esse seja um dos motivos que fazem a cultura e a união escocesa sobreviverem com tanta força, se manifestando através de movimentos de separação.

O reinado oficial de Robert I (Robert de Bruce) durou pouco, tendo seu fim em 1329, após a sua morte. Seu filho, David II, tinha apenas 5 anos e era muito jovem para governar, o que tornou a situação propícia para Edward III, que, apesar de ter assinado o tratado de paz pouco antes, se ressentia da humilhação sofrida por seus antecessores e estava disposto a vingar a Inglaterra. De 1332 até 1357 aconteceram as batalhas da Segunda Guerra de Independência, conduzidas por Edward III e alguns nobres escoceses que se julgavam merecedores do trono. Esse segundo período de guerras não teve papel essencial na construção da identidade escocesa, já que a independência foi mantida. O que vale ressaltar aqui é que, com a morte de David II, Robert the Steward, seu sobrinho, se tornou o rei da Escócia pela linha de sucessão em 1371, se tornando Robert II e iniciando o governo da família Stewards que se seguiu por mais de 200 anos.

A independência deu aos escoceses o gosto da conquista e da liberdade, mesmo que temporária. Durante os muitos anos de guerra, foram criados costumes, tradições e tantos outros símbolos que dão base à identidade nacional. Tradição remete a transferência, a um legado cultural que é passado de geração para geração, ao ato de *passar adiante*. Os séculos pós-independência consolidaram esses elementos, fortalecendo a matéria que continuaria sendo usada como motivação nos acontecimentos futuros.

### 3.3 – Act of Union

No início do século XVII, James VI, filho de Mary Stewart, governava a Escócia. A relação com o país vizinho estava melhor em comparação com os anos de guerra e James se relacionava bem com a rainha Elizabeth I, da Inglaterra, que não era casada e não tinha filhos. Eles também tinham uma relação de parentesco – sua bisavó, Margaret Tudor, era a irmã mais velha de Henry VIII, pai de Elizabeth. Isso significa que James VI, além de rei da Escócia, também era sucessor de Isabel I, rainha da Inglaterra. Em 1603, com a morte de Elizabeth, James assumiu também o trono inglês, mudando seu nome para James I e simbolizando a união das coroas.

Apesar de terem o mesmo regente, entretanto, Escócia e Inglaterra continuavam sendo países separados. James I deixou claro, ao longo dos anos, seu desejo de estabelecer uma união com outros tipos de laços, criando um único Estado com um único monarca, mas ele encontrou oposição nos dois reinos (CROFT, 2003). Um legado desse desejo, porém, permaneceu: James I foi o responsável por unificar as bandeiras, criando a primeira versão da bandeira do Reino Unido<sup>13</sup>.

*The king always accepted that a true union would take time. He graciously apologised in Parliament in March 1607 for his error in assuming that the Union would go through speedily. He wisely emphasised that the most valuable aspect of the new relationship was that it brought to an end centuries of war between two ancient kingdoms. Time was to show that despite all the tensions, after 1603 there were very few in either England or Scotland who wanted to break the regnal link. (...) Meanwhile, the king's proposals gave a high profile to previously vague notions of 'Britishness'. His insistence on his new title as King of Great Britain, and the use of it on coins, was a subtle form of propaganda that gradually familiarised his subjects with the concept. So did the creation in 1606 of the common flag that was to evolve into the Union Jack. (CROFT, 2003, p. 67)*

Walzer (1967, p. 87) defende que uma nação precisa ser personificada antes de ser vista, simbolizada antes de ser amada e imaginada antes de ser concebida. A bandeira é um

---

<sup>13</sup> A bandeira atual do Reino Unido, a *Union Jack*, é composta por elementos das bandeiras da Inglaterra, Escócia e Irlanda. O País de Gales não tem representação na bandeira.



símbolo que, ao representar uma nação, reivindica território, independência e nacionalidade. Junto com os hinos nacionais, as bandeiras dão forma às auto comemorações nacionais, celebrando e validando mitos e identidade. Isso gera um efeito sobre a comunidade que representam, aumentando o sentimento de *afiliação*. Manter a cultura tradicional e as cerimônias/celebrações entre grupos também pode ser visto como uma forma de criar uma barreira contra mudanças ou ameaças e glorificar as nações (ELGENIUS, 2011, p. 7).

A bandeira nacional já é tratada muitas vezes como objeto sagrado, mas, no caso da Escócia e da Inglaterra, ela está diretamente relacionada à religião. A bandeira oficial escocesa, também conhecida como *Cruz de Santo André e Saltire*, é composta por uma cruz branca em um fundo azul. A cruz branca representa o apóstolo Santo André, que é patrono da Escócia, e é utilizada em uniformes militares desde o século XIV (ELGENIUS, 2011, p. 38), enquanto que o fundo azul representa o céu. No caso da Inglaterra, a cruz vermelha simboliza São Jorge, o padroeiro do país. Ela também começou a ser utilizada no século XIV e é conhecida oficialmente como *Cruz de São Jorge* ou *Bandeira de São Jorge*.

A bandeira criada por James I, chamada de *Union Flag*, é carregada de significado por representar de forma explícita a união dos territórios; ela possui a cruz branca da Escócia (Santo André) e a cruz vermelha da Inglaterra (São Jorge). Em 1801, ela sofreu uma alteração, sendo adicionada a cruz vermelha da Irlanda (São Patrício) e mudando seu nome para *Union Jack*. Até hoje, a bandeira não carrega elementos do País de Gales.

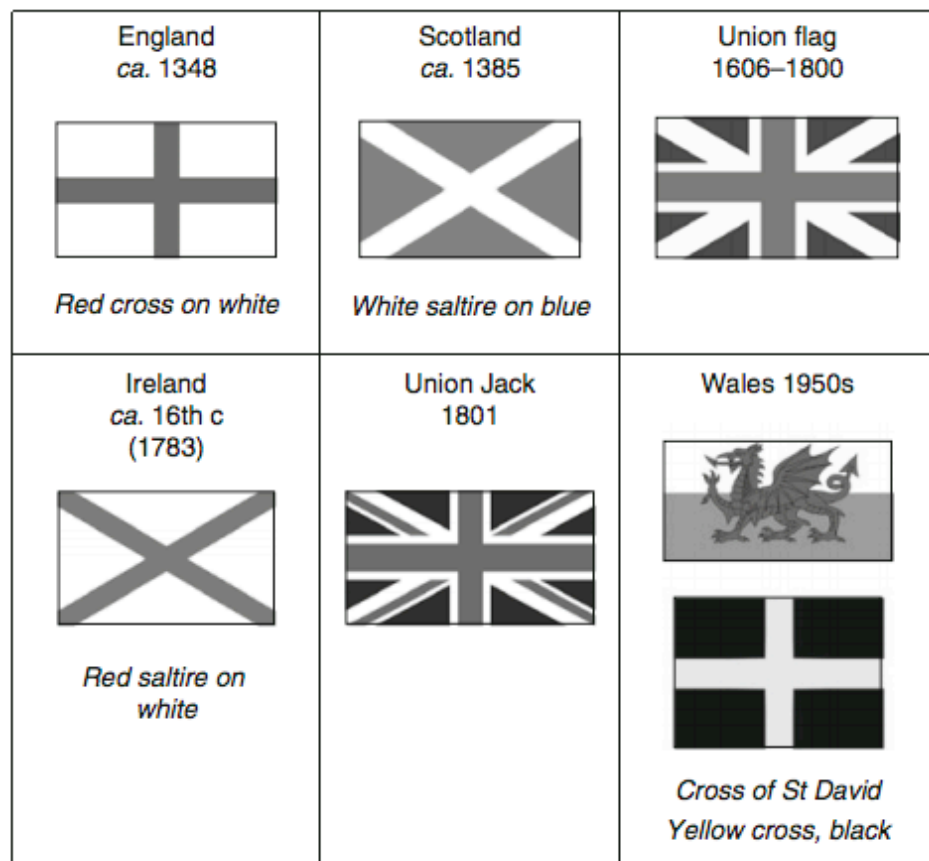


Ilustração 2 - A formação da *Union Jack*

Fonte: ELGENIUS, Gabriella. Symbols of Nations and Nationalism. Celebration Nationhood. Palgrave Macmillan, UK, 2011, p.39.

No início do século XVIII, com a bandeira criada e o Reino Unido consolidado, a Escócia se encontrava em um momento de expansão comercial frustrada<sup>14</sup> e, já tendo o mesmo monarca, a Inglaterra viu nisso uma oportunidade de propor união política. Nessa oferta, a Inglaterra se comprometia a compartilhar suas zonas de influência no comércio contanto que ela pudesse ter o controle político dos dois países. Essa união política foi oficializada em 1707 através do *Act of Union*, um tratado que fundiu os dois parlamentos e que perdura até hoje. O novo reino, que já incluía o País de Gales<sup>15</sup>, deveria ser chamado de Grã-Bretanha, ter um parlamento unificado com 16 lordes e 45 deputados representados por

<sup>14</sup> A Escócia criou em 1695 uma companhia de comércio marítimo, a companhia Darien, que teve expedições desastrosas, indo à ruína.

<sup>15</sup> Já havia se anexado à Inglaterra no século XVI.

escoceses e ter uma união aduaneira entre seus países. O direito, a moeda e a igreja escoceses permaneceram separados.

A união, acordada por nobres dos dois países, não foi bem aceita na Escócia. A grande maioria da população não foi consultada e não estava de acordo com a resolução, gerando revolta por todo o país:

*Apart from outbreaks of mob violence and rioting, the authorities were concerned about what they termed 'tumultuary meetings and irregular convocations'. The government had information that groups of armed men were gathering in places like Glasgow, the Stewartry of Kirkcudbright, Dumfries and Lanarkshire, with the intention of marching on Edinburgh to halt the parliamentary proceedings and prevent the passing of the treaty. On 20 November a group of armed men rode into Dumfries in a protest against the union, and to loud cheers from the gathered crowd, publicly burned the articles that were held up on the points of picks at the town cross. The crowd had gathered in anticipation because letters had been sent out some days before informing people of what was going to happen. The word in Edinburgh was that 'they will not halt there'. (STELHEN, 2007, p. 143)*

Tendo a rainha Anne, neta de James I, como primeira ocupante do trono britânico, o *Act of Union* formalizou a criação do novo reino, que até então era unido pela coroa. Mas além das questões políticas e econômicas que levaram à fusão dos dois países, o contexto religioso também teve um papel relevante nessa história. Ele será tratado de forma separada, no próximo tópico, para que possamos entender suas peculiaridades.

### **3.4 – A Questão Religiosa**

Na *Era do Ferro*, a Escócia era povoada por Celtas, que tinham uma religião própria conhecida pelas divindades femininas e pelo culto à natureza. Mas com a chegada das invasões romanas, na época da Caledônia, chegou também o cristianismo. A expansão do império era acompanhada pela expansão da religião, e assim a Escócia (principalmente as terras baixas) foi convertida ao catolicismo através de missões apostólicas. Apesar de nunca

ter se extinguido, a religião celta foi sendo gradualmente abandonada, dando lugar ao catolicismo, que dominou o país por muitos séculos.

Em 1560, através de John Knox, o Parlamento da Escócia abraçou a Reforma Protestante, criando a primeira Igreja Presbiteriana, a Igreja da Escócia (STEPHEN, 2007). No mesmo ano, houve uma ruptura formal do país com a Igreja Católica Romana, repudiando a autoridade do papa no parlamento e proibindo a celebração de missas. Enquanto isso, a Igreja Anglicana se estabelecia com cada vez mais força na Inglaterra, através de uma iniciativa de Henry VIII, em 1534, para poder se separar de sua então esposa e se casar novamente com outra mulher.

Conhecida pelo culto à educação, a nova igreja levou o Parlamento Escocês a aprovar o *Act for setting schools*, em 1696, que obrigava todas as paróquias escocesas a terem pelo menos uma escola com um professor. A ideia era que todos os escoceses tivessem acesso à leitura, especialmente das escrituras sagradas. Como resultado disso, a Escócia passou a ter uma taxa de analfabetismo muito pequena e intelectuais de renome como David Hume<sup>16</sup> e Adam Smith<sup>17</sup> começaram a surgir na época.

O catolicismo, entretanto, já consolidado através dos séculos desde as expansões romanas, não perdeu a sua força na Escócia depois da ruptura, especialmente nas terras altas. Sabendo da representatividade que a religião católica tinha no país, os Stuarts tiveram a ideia usá-la como força motriz para recuperar o reinado da Casa Stuart na Escócia, dando início ao movimento dos jacobitas. Ao ligar o catolicismo com seu possível reinado, o príncipe Charles Edward Stuart, conhecido como *Bonnie Prince*, se mostrou leal à Escócia, diferentemente da Rainha Anne, criada na Inglaterra e notadamente de religião anglicana.

Sabe-se que a religião frequentemente é utilizada como ferramenta política, usando um elemento de união para fortalecer a população contra ou a favor de algo: “a religião é um antigo e destacado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade entre as pessoas que de outro modo não teriam nada em comum” (HOBSBAWN, 1990, p. 83).

Dentro da teoria da Escola Francesa, sabemos que existem as chamadas Forças Profundas, fatores que interferem nas tomadas de decisão dos Estados. Elas se dividem entre

---

<sup>16</sup> Filósofo escocês que viveu de 1711 a 1776.

<sup>17</sup> Filósofo escocês considerado como pai da economia. Viveu de 1723 a 1790.

*forças materiais*, que se resumem em fatores geográficos, questões econômicas e condições demográficas, e *forças espirituais*, que incluem sentimento nacional e sentimento pacifista, compreendendo também o sentimento religioso (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991, p. 1-3). A religiosidade, entretanto, é uma área em que a interpretação é terreno delicado, já que se utiliza de um aspecto transcendental da fé. Justamente por esse motivo também, se sabe que o discurso religioso é forte, movendo multidões e justificando uma variedade enorme de atos. O que deveria ser um sentimento pacifista, na classificação de Renouvin, não conseguiu se sobrepor aos interesses materiais: “o sentimento cristão de fraternidade não prevaleceu sobre o sentimento nacional” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991, p. 249-259), tendo, de uma certa forma, dado as mãos a esses interesses e se tornando um meio para consegui-los em diversos momentos da história.

Da mesma forma que a identidade parte de uma série de costumes e cerimônias que vão se cristalizando ao longo do tempo e formando uma cultura, podemos fazer um paralelo com a religião, que através de representações do divino e do sagrado cria rituais e produções simbólicas. Impossível dissociar uma coisa da outra, já que costumes e valores religiosos fazem parte da formação de povos e nações. Dentro das Relações Internacionais, as religiões são responsáveis por produzir solidariedade e tensão entre os Estados, exercendo, portanto, uma força considerável sobre os mesmos (FRANK, 2012, p.408-409). Da mesma forma, Costeski (2017) reflete sobre o papel das Igrejas e organizações religiosas dentro das Relações Internacionais, entendendo que elas “têm indubitavelmente uma função importante na política, não porque participam diretamente do poder político, mas porque, como forças profundas, influenciam o pensamento do cidadão e suas escolhas políticas” (p. 306).

O jacobitismo, portanto, foi um movimento político com motivações religiosas iniciado no século XVII. O objetivo era restaurar o reinado da Casa Stuart, que se utilizava do catolicismo para romantizar<sup>18</sup> a ideia de que o verdadeiro herdeiro deveria assumir o reinado da Escócia, mesmo apesar do seu representante, Charles, nunca tendo pisado neste país. Ainda assim, a causa jacobita teve o poder de envolver os povoados escoceses, se tornando o movimento antiprotestante de muitos dos clãs. A ideia de que o reinado era um direito divino fez com que grande parte da população se unisse, mais uma vez, contra o inimigo em comum, formando campanhas miliares em prol do que parecia uma *nobre causa* para os escoceses.

---

<sup>18</sup> O emblema da causa jacobita é a rosa branca e até hoje existe a celebração anual *White Rose of York*, no dia 10 de junho.

A união com finalidades políticas provocada por questões religiosas faz refletir sobre a relação intrínseca entre identidade e religião. A estrutura institucional da sociedade e da religião proporcionam um direcionamento específico de ações que podemos desempenhar:

Em quase todas as situações sociais vivenciadas no decurso de nossa existência, as regras do jogo já foram formuladas antes de entrarmos em cena. Há sempre um complexo específico de ações sociais já instituída; por exemplo, as leis, religião, são instituições que nortearão nosso proceder. As instituições estabelecem métodos que padronizam a conduta humana e nos levam a trilhar caminhos considerados desejáveis pela sociedade (LIBERAL, 2004, p. 12).

Se Hall (1999) entende identidade como “os quadros de referência que dão aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”, quais seriam essas referências que constroem esses indivíduos? Segundo o autor, os aspectos que formam a identidade cultural e o sentimento de pertencimento são étnicos, raciais, linguísticos, religiosos e nacionais. Isso porque a formação identitária é fruto da interação do ser com a sociedade que o circunda, com seus valores culturais vigentes no contexto onde se desenvolve. As instituições religiosas são quase sempre responsáveis por criar e consolidar não só os valores da comunidade, mas também seus rituais e suas tradições, sendo os elementos que mais sobrevivem aos séculos. Isso torna a religião um elemento de importância única para a construção da identidade de um povo e, conseqüentemente, dos movimentos de separação política. Mas dentro da Escola Francesa, os principais precursores classificam a religião como um sentimento pacifista, então os autores fazem questão de reforçar uma separação que enaltece a aura religiosa: “não é a fé ou o sentimento religioso que conduz ao nacionalismo. São as Igrejas que se identificam com uma ideia nacional e que se põem a serviço do Estado” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991, p.238).

A importância da religião como força profunda no caso da Escócia fica clara no texto de Somerset Fry:

*For a century and a half religion had dominated the lives, thoughts, acts, hopes and fears of Scottish people, more so than perhaps any other people in Europe of the time. Everything was considered in terms of religion and its role in their lives. Those who fought for the reformed Faith in the sixteenth century had not been in the majority to begin with, but why worked diligently and fanatically to make Scotland Protestant, according to the teachings of John Calvin (SOMERSET FRY, 2001, p. 182).*

As rebeliões jacobitas foram consequência de uma manobra política da Casa Stuart, mas também demonstraram o que a religião – nesse caso, a católica – pode fazer em prol de movimentos separatistas. Essa mobilização levou a Escócia a uma das mais simbólicas batalhas que houve contra a Inglaterra, em 1746, e que até hoje é uma ferida aberta para a população escocesa, a Batalha de Culloden.

Os levantes jacobitas e toda mobilização da população escocesa em prol de um rei Stuart católico levaram o país a uma das batalhas mais famosas para a sua população: a batalha de Culloden. Uma região pantanosa próxima a Inverness foi o palco do encontro entre rebeldes jacobitas e tropas inglesas no dia 16 de abril de 1746. Os ingleses, mais bem equipados belicamente (possuíam, por exemplo, modernos canhões de propulsão a pólvora), derrotaram os escoceses por cerca de nove mil soldados.

Com o massacre, a Inglaterra não dizimou apenas homens, mas enterrou também a causa jacobita e a cultura da sua população: a constituição de clãs, o uso do tartan, o padrão xadrez, a posse de armas e até mesmo o idioma gaélico passaram a ser proibidos com pena de morte: “*The clan chiefs were left with no powers, no pride, no purpose*” (SOMERSET FRY, 2001, P. 197). Para tornar o evento ainda mais marcante, essa foi a última batalha terrestre a ter lugar na Grã-Bretanha, um trauma nacional na história da Escócia.

*Even today, 236 years after the destruction of the Jacobite cause at Culloden, the battlefield and the woods still contain something of the atmosphere of despair that enveloped them on that wet and gusty day, 16 April 1746. By lunch time, less than 5000 men, many of them exhausted and hungry after trekking through the mountains vainly searching for food, had taken up their places in the south-west of a wooded area that straddled the road to Inverness* (SOMERSET FRY, 2001, p. 195).

A *morte cultural*, nesse caso, significava também um abafamento da identidade nacional. A decisão de proibir os elementos que identificam o escocês vai além de simplesmente demonstrar superioridade ou de querer humilhar o inimigo derrotado, ela passa a mensagem clara de que a nação não mais existe. As primeiras raízes, tradições, questões culturais e fontes de união do povo estavam sendo tiradas, na tentativa de tornar a identidade escocesa algo obsoleto.

Em 1793, quase cinquenta anos depois o fatídico dia da batalha, a Emancipação Católica ajudou os fieis a recuperarem os direitos civis que eram negados pelo governo

protestante, eliminando as restrições criadas no momento da ruptura do país com o catolicismo<sup>19</sup>. Essa emancipação afetou leis na Grã-Bretanha como um todo, como a jurisdição civil do Papa, direito à heranças e cargos públicos e alistamento no exército.

### 3.5 – A Questão Econômica

Em diversos momentos da história, a derrota e a humilhação de um país são seguidas de um momento de reconstrução que traz avanços em variados setores. Não foi diferente na Escócia. Poucos anos após a Batalha de Culloden, já era possível ver evoluções na literatura, filosofia, arquitetura e construções escocesas<sup>20</sup>, fazendo com que o período fosse chamado por alguns de *Golden Age of Intellect*<sup>21</sup>.

*There have been few periods in the history of Scotland which witnessed such a radical transformation in society as the 1770s to the 1850s. Scotland moved from being a predominantly rural country based on subsistence agriculture, where each farmer grew just enough food for his own Family with maybe a little left over to sell at market, and became one which was overwhelmingly urban and industrial where people sold their labour (COWAN; FINLAY, 2000, p. 13)*

As primeiras mudanças no setor econômico começaram com a migração de uma subsistência baseada na agricultura para centros industriais. A Revolução Industrial, iniciada na Grã-Bretanha nos anos 1750, foi um marco na história por iniciar a substituição da força humana por máquinas. Pouco destaque, entretanto, é dado ao fato de engenheiros, cientistas e inventores escoceses terem ocupado papéis de liderança em meio ao processo (SOMERSET FRY, 2001, p. 210). James Watt<sup>22</sup>, por exemplo, foi um engenheiro mecânico e químico escocês que inventou o motor a vapor, peça fundamental para impulsionar outros avanços trazidos pela revolução.

<sup>19</sup> O *Test of Acts* foi uma série de leis penais que instauravam a revogação de direitos para famílias católicas.

<sup>20</sup> David Hume e Adam Smith foram resultados desse período de solo fértil para o desenvolvimento intelectual na Escócia. O segundo, conhecido como Pai da Economia, concebeu os princípios iniciais do que hoje é conhecida como Teoria Econômica, criando as primeiras fundações que tornariam a economia uma ciência social.

<sup>21</sup> SOMERSET FRY, 2000.

<sup>22</sup> James Watt foi um físico escocês que viveu de 1736 a 1819, tendo desenvolvido o conceito de *potência*. A unidade de potência *watt* foi nomeada em sua homenagem.



Independentemente de quem contribuiu para a Revolução Industrial e de que forma, o fato é que ela se iniciou na ilha britânica e alterou completamente a dinâmica econômica do local. As primeiras indústrias a se consolidarem na Escócia foram de tabaco, linho e algodão. Junto com as fábricas, iam surgindo cada vez mais estradas, para dar conta das idas e vindas das matérias-primas e novos bens de consumo, causando uma verdadeira revolução também nos transportes (COWAN; FINLAY, 2000). As próximas indústrias a se desenvolverem foram de ferro e aço, que levaram também à indústria de engenharia marítima, através de navios a vapor e navios de batalha. O empreendimento nessas áreas continuou, mas a dependência com a Inglaterra também se manteve ao longo dos anos, fazendo com que o vínculo econômico se mantivesse:

*The great challenge to Scottish industry, however, is not so much the need for diversification, nor to salvage what remains of the country's former eminence in shipbuilding (Clydeside ships are still the best in the world but they are too expensive and they take too long to build). It is for Scottish industry to find its own leaders. At present the greater part of investment in Scottish industry comes from outside, from the Westminster government and from foreign capital (SOMERSET FRY, 2001, p. 213).*

A partir da segunda metade do século XX, grandes jazidas petrolíferas foram descobertas no Mar do Norte, na região da Escócia. As atividades de extração de óleo e gás se iniciaram em 1964, sendo a cidade de Aberdeen a mais impactada pelas atividades, se tornando um centro de administração da indústria do petróleo. No decorrer do século XX, a industrialização mundial foi marcada pela consolidação do petróleo como principal fonte de energia primária (BORBA; OLIVEIRA; SILVA NETO, 2007). Com a demanda crescente de energia e na condição de recurso natural não renovável, o petróleo continua sendo a principal fonte energética e um grande propulsor da economia.

Segundo o *gov.scot*, site oficial do governo escocês, petróleo e gás são vitais para a Escócia, tendo representado cerca de 90% da energia primária total do país em 2015 (Scottish Government gov.scot, 2019). Ainda segundo o portal, o setor valia cerca de 11,8 bilhões de libras para a economia da Escócia em 2017, representando mais de 7% do seu PIB total<sup>23</sup>. O petróleo também é uma importante fonte de receita tributária, tendo fornecido mais de 330 bilhões de libras em receitas (valores até 2019) ao governo do Reino Unido apenas com base

---

<sup>23</sup> O PIB atual da Escócia, segundo o site oficial gov.scot, é de 168 bilhões de libras, sendo o setor de serviços responsável por 27% dessa quantia.

na tributação da produção. Para completar os grandes números, no início de 2019 a empresa estatal chinesa CNOOC anunciou uma descoberta que seria a maior em mais de uma década neste setor, o equivalente a 250 milhões de barris de petróleo a leste de Aberdeen (BBC News, 2019).

Abaixo, para ilustrar o tamanho da indústria petrolífera na Escócia, podemos ver a quantidade de trabalhadores empregados no setor. A população atual do país é de 5,425 milhões de habitantes (Official Scottish Government Website, 2019).

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 Estimate
Direct	41,300	37,300	35,600	31,400	30,400	30,600
Indirect	206,100	169,500	155,100	124,300	116,100	121,000
Induced	216,500	180,200	136,200	118,100	113,400	117,500
Total	463,900	387,000	326,900	273,000	259,900	269,100

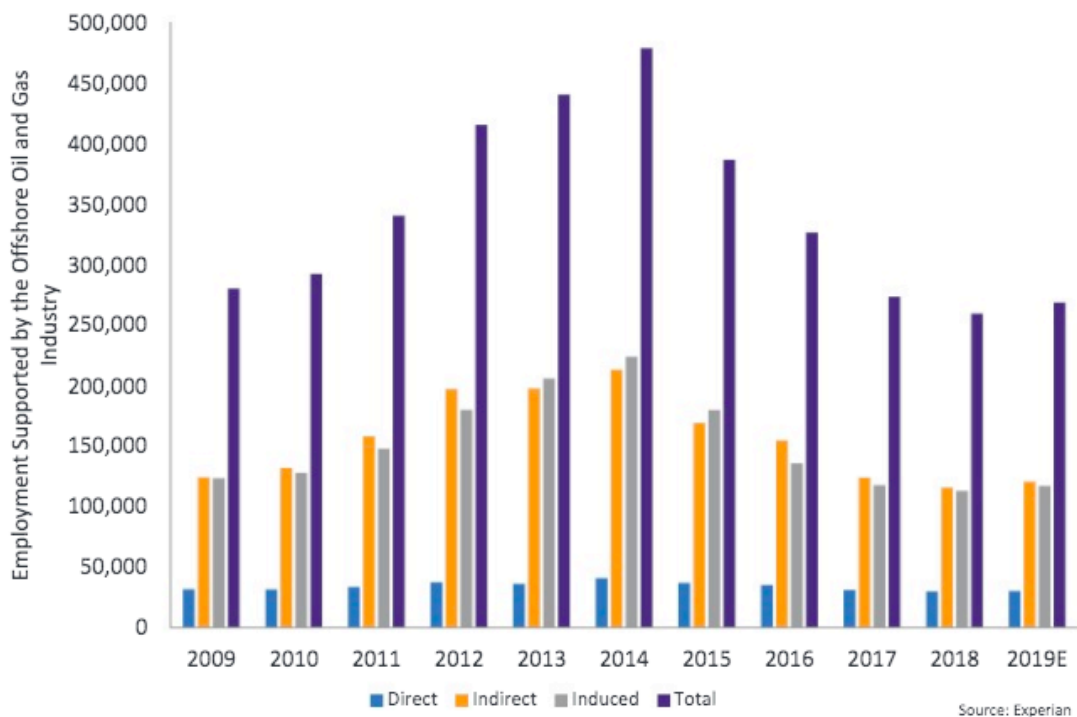


Ilustração 3: *Total Employment Supported by the Offshore Oil and Gas Industry*

Fonte: OIL AND GAS UK. Disponível em: <https://oilandgasuk.cld.bz/Workforce-Report-2019/10/> Acesso em: 12/07/2019

Dentro da principal teoria escolhida para a análise deste trabalho, a economia aparece como uma das forças profundas capazes de afetar o movimento separatista escocês. Para Renouvin (1990), seu propulsor, as forças econômicas podem se dividir entre materiais e financeiras e entre conflitivas e cooperativas. No caso da Escócia, elas são claramente materiais e financeiras, havendo um interesse grande do Reino Unido por reservas de uma matéria-prima que é um produto energético essencial atualmente. Em *Introducción a la historia de las relaciones internacionales*, Renouvin e Duroselle (2000) falam especificamente do petróleo e da sua importância como força econômica:

*Sin embargo, ni el mineral de hierro ni el carbón provocaron en esta época diferendos internacionales notables. Fue en torno al petróleo, en los primeros años del siglo XX, cuando comenzaron a surgir dificultades ásperas en las relaciones internacionales. La firma de contratos de concesiones para la exportación y la explotación hizo que las compañías petroleras presionaran a los gobiernos locales, en las regiones del mundo que poseían o parecían poseer yacimientos. La puesta en marcha de estos contratos provocó controversias que no sólo eran financieras, sino que también despertaron, en estos países, donde las actividades de primera importancia para la vida económica se hallaban bajo una dirección extranjera, el sentimiento de una ofensa a la independencia nacional (...) Fueron todavía los yacimientos de petróleo los que suscitaron las controversias más vivas, porque el carburante se volvió esencial para el transporte terrestre, marítimo y aéreo y porque tenía un papel capital en las fuerzas armadas. Por tanto, los intereses económicos estaban estrechamente ligados a los intereses estratégicos (RENOUVIN; DUROSELLE, 2000, p. 86-87)*

Nesse caso, a força econômica age em uma via de mão dupla: 1) na direção da Inglaterra e do restante do Reino Unido, fazendo com que o território da Escócia seja importante aos interesses econômicos de todos e isso afete as decisões políticas do Estado maior, formado pelos quatro países<sup>24</sup>, e 2) na direção da Escócia, fazendo com que a abundante matéria-prima ofereça a promessa de independência financeira, o que também afeta as decisões políticas do país e abre espaço para novas tentativas de separação. Tantos recursos energéticos tornariam possível que a Escócia se tornasse independente, economicamente, da Inglaterra, que historicamente se consolidou como potência econômica. Como isso afeta o movimento separatista hoje será um ponto do próximo capítulo. Por hora, é importante o entendimento de que a força profunda econômica é bastante expressiva no caso da Escócia, já

---

<sup>24</sup> Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte

que a natureza das relações políticas tem grande base no comércio para atender suas necessidades financeiras.

### **3.6 – Identidade Escocesa**

A história da Escócia, contada até este momento, já diz muito sobre a identidade de seu povo. A forma de viver, o sistema de clãs e as guerras, por exemplo, foram moldando a identificação do escocês e o atrelando cada vez mais à sua terra e aos seus iguais. Ainda assim, um trabalho que tem o elemento identitário como uma de suas bases pede um tópico específico sobre sua formação. Aqui, vamos entender o que faz o povo escocês se sentir pertencente a Escócia e se identificar com seus compatriotas.

Antes de falar do que faz a população escocesa se identificar como tal, é importante tirar uma dúvida que talvez tenha surgido na cabeça do leitor: depois de tantos anos de *união*, não teria surgido uma identidade britânica? A resposta é sim. Depois de três séculos juntos e tendo o Reino Unido o status de Estado, existe também uma identidade britânica formada. Porém, cabe ressaltar dois pontos importantes. O primeiro deles diz respeito a natureza dos conceitos e sentimentos identitários, que em nenhum momento assumem que o sentimento de pertencimento precisa ser pautado em uma lógica unilateral. De fato, a identidade nacional, apesar de única (BAUMAN, 2005) acaba por agrupar um sem número de outras identidades percebidas, convivendo, portanto, em harmonia com elas. Obviamente que duas identidades nacionais (uma essencialmente escocesa e outra britânica) não poderiam conviver em perfeita harmonia. Esse raciocínio nos leva ao segundo ponto.

Assumindo ser possível hierarquizar interesses e sentimentos, não seria uma extrapolação exagerada afirmar que essa identidade britânica, entretanto, não é tão significativa na Escócia. Se colocadas num embate frontal, o escocês médio acabaria se identificando mais com seu país de origem do que com a união. Segundo informações da Scottish Social Attitudes Survey (2002), mais de três quartos dos entrevistados na Escócia se classificaram mais como escoceses do que britânicos. Sete entre dez escoceses se disseram mais orgulhosos do Saltire (bandeira escocesa) do que da Union Jack (bandeira do Reino Unido).

Este mesmo comentário poderia se estender, por exemplo, para a Europa como um todo caso fossem analisados os países partícipes da União Europeia. Não é segredo que existe uma identidade europeia, forjada em séculos de construção da sociedade de estados do velho continente, para usar um termo de Adam Watson (2002). No entanto, também não é segredo que as identidades que coexistem nesse caldeirão de etnicidade não competem com a identidade europeia, em alguns casos são até fortalecidas pela mesma.

Tendo em mente este conjunto de argumentos, trataremos apenas da identidade escocesa nessa seção, trabalhando suas especificidades e idiosincrasias de maneira mais precisa e localizada, já que, grosso modo, percebemos a mesma como sendo o ponto relevante para este trabalho.

A partir do *Act of Union*, em 1707, a Escócia deixou de ser uma entidade política distinta, mantendo seu sistema jurídico e sua igreja nacional. O senso de uma identidade escocesa, entretanto, continuou vivo, se manifestando politicamente através do Partido Nacional Escocês<sup>25</sup> e de movimentos semelhantes a partir do século XX. Mas ele começa a se formar muito antes, a partir da ascensão gradual de uma única linhagem de reis no nono século, que governava os pictos<sup>26</sup> e os escoceses (WEBSTER, 1997, p.4). A Escócia, assim como a França, manteve uma única dinastia por mais de três séculos, desde o estabelecimento de Malcolm Canmore até a morte de Alexandre III, em 1.286. Esse poder durou exatamente o período em que as monarquias europeias estavam desenvolvendo sistemas de governo e administração, o que, em parte, molda uma nação.

Além da linhagem de governantes, a religião também teve papel essencial na formação da identidade escocesa. Já vimos que a fé não move apenas montanhas, mas também motiva políticas, guerras, união e desunião. A igreja da Escócia estava determinada a manter sua independência: os clérigos eram alfabetizados e articulados e essa posição contra a interferência externa é a primeira expressão explícita que chega perto de uma sensação de identidade escocesa (WEBSTER, 1997, p.5). Em outras palavras, a atuação instrumental da religião escocesa permite uma extrapolação para um local muito mais sensível, transbordando do campo das ideias e se solidificando através de diversas movimentações de articulações políticas. Essa estratégia de atuação mais ativa garantiu que a religião obtivesse posição destacada dentro do caleidoscópio identitário escocês.

---

<sup>25</sup> Partido escocês com base nacionalista, fundado em 1934, que exerce atualmente uma administração majoritária no Governo Escocês.

<sup>26</sup> Um dos primeiros povos identificados na Escócia. Foram chamados pelos romanos de *Caledônios*.

As línguas locais *P-Celtic* e *C-Celtic*, também já tratadas em outro tópico, são outro elemento formador da identidade aqui estudada. Vale lembrar que filósofos como Johan Gottfried von Herder (1955) consideram este o principal ingrediente na criação de uma identidade nacional, já que entendem o idioma como a base através da qual o indivíduo aprende a pensar e se expressar. Isso, a princípio, faria ele se entender no mundo e reconhecer seus iguais. Essas línguas, apesar dos muitos séculos<sup>27</sup> que se passaram, continuam vivas na Escócia, demonstrando o apego que parte da população demonstra por sua essência. O último censo indica que o gaélico é falado por pouco mais de 80.000 escoceses hoje.

Os conflitos que surgiram a partir do século XII, a exemplo das *Guerras de Independência*, já abordadas nesse trabalho também têm papel importante, reforçando o senso de identidade nacional escocesa e vinculando-o a uma hostilidade em relação à Inglaterra. Se um indivíduo sabe o que ele não quer – a Inglaterra e tudo que ela representa – fica mais fácil saber o que ele quer, ser escocês. A não identificação também é uma identificação. Bauman (2005) deixa bem claro que a identidade nacional se diferencia das demais identidades por um simples fator: ela precisa ser única. Essa exigência de fidelidade, já tratada no primeiro capítulo deste trabalho, é o que traça a fronteira entre “nós” e “eles”. Neste caso, a fronteira não é apenas ideacional, mas também física e representada por uma muralha construída há quase dois mil anos.

Nesse sentido, a geografia também é um aspecto que ajuda na criação de uma identidade escocesa: estar isolado em uma ilha tendo como únicos vizinhos um país com quem se tem inimizade acaba separando o território e seu povo. Se manter à parte do restante do mundo fez com que os escoceses se unissem, desenvolvendo cultura e identidade únicas, mas também fez com que eles não tivessem uma mistura étnica, mantendo uma unidade que é tratada por Renouvin e Duroselle como um dos fatores responsáveis pelo sentimento nacional: “*La similitud entre los rasgos físicos (estatura, forma del cráneo, de la nariz, de los ojos, color de la piel) constituye quizás un elemento de solidaridad entre los hombres*” (2000, p. 172).

No primeiro capítulo deste trabalho, foi visto que vários componentes podem fazer parte de uma formação identitária, como línguas, memórias, costumes e hábitos locais. Essa identificação cria o que Bauman (2005) chama de “pertencer-por-nascimento”, que é a consequência lógica de pertencer a uma nação cuja convenção foi intensamente construída

---

<sup>27</sup> O primeiro registo escrito da língua céltica data do século VI a.C.

pela humanidade. Todos esses elementos estão presentes na identidade escocesa, que se reforça através de tradições e símbolos nacionais, que não se resumem apenas à bandeira e ao hino. Símbolos como o *whisky*<sup>28</sup> e até mesmo os esportes podem ter representatividade no sentimento de pertencimento do escocês.

O simbolismo do *tartan* e do *kilt*, proibidos depois da *Batalha de Culloden*, em 1746, voltou junto com o renascimento romântico da Escócia, em 1820 (PITTOCK, 1994). O movimento artístico, literário, musical e intelectual pelo qual passava a Europa glorificava o passado, tendo grande impacto no ecossistema cultural da Escócia. As lendas antigas começaram a ser publicadas em forma de poesia e música, sendo uma delas, o *Scots Wha Hae*<sup>29</sup>, considerada um hino nacional não oficial do país (ibid.). A partir desse renascimento romântico, membros da elite social começaram a adotar novamente o uso dos *kilts*, especialmente em ocasiões solenes, o que resultou em um aumento maciço dos trajes no país. Nesse período, os padrões de quadriculado e a vestimenta inventada séculos antes reconquistaram a posição de símbolo da identidade escocesa.

Por fim, é possível perceber a importância e tratamento diferenciado que é dado à identidade nacional escocesa pelos seus partícipes, tanto sentimental quanto institucionalmente, quando avalia-se uma decisão do governo escocês, que disponibiliza, em seu site oficial, uma página específica sobre sua identidade nacional<sup>30</sup>, valorizando a história mas reforçando o caráter inclusivo que a globalização e os fluxos migratórios trouxeram para o mundo moderno:

*Scotland's national and cultural identity is defined by our sense of place, sense of history and sense of self. It is defined by what it means to be Scottish; to live in a modern Scotland; to have an affinity to Scotland; and to be able to participate in Scottish society. A flourishing economy and society depend on ambition and self-confidence in Scotland and on Scotland's effective integration into the European and global economy. Our international reputation will influence the extent to which people see Scotland as a great place in which to live, learn, visit, work, do business and invest. A good quality of life and a strong, fair and inclusive national identity are important if Scotland is to prosper and if we are to achieve sustainable economic growth. (GOV.SCOT, 2019)*

<sup>28</sup> Depois do petróleo, o *whisky* é o produto mais exportado da Escócia.

<sup>29</sup> Em galês, “Escocês, quem tem”. A música reproduz um discurso proferido por Robert the Bruce em 1314 durante as Guerras de Independência e fala do sonho de liberdade escocês.

<sup>30</sup> <https://www2.gov.scot/About/Performance/scotPerforms/outcome/natidentity>

No site, o Governo Escocês também cita outros pontos que afetam o orgulho nacional e o senso de identidade. São alguns deles: paisagens, herança cultural, sistema educacional, línguas, o lugar do gaélico nas comunidades e os eventos e festivais do calendário escocês, muitos dos quais já tocados em seu âmbito conceitual por este trabalho. Além disso, ele diz qual é o seu próprio papel na manutenção e construção de uma identidade nacional forte, liderando, agindo e comunicando questões relevantes para a população. Um dos quesitos que o Governo coloca como sua responsabilidade é promover o sentimento de pertencimento: *“Fostering our sense of belonging by supporting and promoting cultural and creative opportunities, events, festivals and by celebrating key dates in the Scottish calendar”* (GOV.SCOT, 2019).

Veremos no próximo capítulo como essa identidade nacional é um dos principais motores capazes de promover o movimento separatista escocês. Por hora, vale o seguinte questionamento: se o governo se coloca de forma tão clara como um ente que tem o papel de promover e reforçar uma identidade nacional que facilmente se confunde com sentimento nacionalista, estaria ele se posicionando quanto à uma separação?



## 4. NACIONALISMO E O MOVIMENTO SEPARATISTA ESCOCÊS

Até o momento, este trabalho se debruçou sobre as teorias que o nortearam e mergulhou na história da Escócia, identificando os fatores e momentos-chave que atuam como *Forças Profundas* para o movimento separatista escocês. O movimento em si, entretanto, ainda não foi abordado. Agora, após apresentar o referencial teórico que baliza o trabalho e contextualizar a evolução histórica da Escócia destacando seus elementos estruturantes, o texto avança em direção ao seu ponto central: como todos os fatores convergiram em um nacionalismo que passou a se manifestar através do separatismo.

### 4.1 – O Nacionalismo Escocês

No primeiro capítulo do trabalho, onde o nacionalismo como conceito é abordado, fica claro que, para a maioria dos autores, a nação surge através da reorganização social resultante da Revolução Francesa (BREUILLY, 1985). Sistemas anteriores, como os impérios da antiguidade e o sistema feudal europeu, não possuíam a unidade política que é tão característica da modernidade. Dessa forma, o nacionalismo não poderia existir sem nação e pode-se dizer que eles nascem juntos no século XIX.

Nacionalismo como doutrina precisa, necessariamente, ser político (se manifestando através de movimentos organizados ou não) e ter a pretensão de defender e legitimar uma determinada unidade populacional (KEDOURIE, 1960). Partindo do princípio de que essa ideologia só toma forma a partir da Revolução Francesa, não se pode dizer que ela existia antes na Escócia. Mas certamente, com outro desenho e sem a política moderna, existiam organizações que lutavam pela separação da Escócia, como já foi visto em períodos como as *Guerras de Independência* e a *Batalha de Culloden*. Esse sentimento de separação não pode, no entanto, ser automaticamente taxado como nacionalista, já que é possível elaborar uma linha separatória entre os pleitos que tinham na identidade uma parte de sua voz, daqueles que de fato sistematizaram essa voz de maneira essencialmente política.

*In the second period we can again find numerous examples of nationalism, expressed in the claim either to separate identity or to new constitutional arrangements, but these were essentially an adjunct of other social movements, especially radicalism. [Scotland] Nationalism as a 'pure' political interest only really becomes evident after the First World War (WEBB, 1978, p. 46).*

Apesar de evidente, o sentimento nacional escocês se constituía apenas às margens de uma política consistente, e não era capaz de representar a totalidade de interesses esparsos dos movimentos sociais envolvidos no pleito separatista. Era entusiasta e ativo, mas pouco numérico e expressivo. Esse cenário, entretanto, começa a mudar na Escócia logo após a Primeira Guerra, com o declínio de um de seus principais partidos políticos, o *Scottish Liberal Party*. As mudanças na situação política, detalhadas a seguir, fizeram com que o nacionalismo escocês precisasse se reinventar.

Pode-se dizer que o nacionalismo moderno organizado começou a se manifestar na Escócia através do *Scottish National Party*<sup>31</sup>, fundado alguns anos depois do marco temporal levantado por Webb (1978), em 1934. Resultado de uma fusão entre o *National Party of Scotland* e o *Scottish Party*, ele foi criado com o intuito de dar unidade ao movimento nacionalista na Escócia e tinha como primeira reivindicação uma Assembleia Escocesa separada do Reino Unido. Durante muitos anos esse partido focou na discussão sobre o separatismo e nas estratégias para alcançar a autonomia, não evidenciando uma posição clara em outras questões nacionais. Fica claro, neste movimento, a diferença entre o sentimento nacional disforme que vinha sendo cultivado pelo povo escocês desde tempos muito distantes, e o nacionalismo como movimento político organizado e pensado a partir de estruturas modernas.

Na Segunda Guerra, o *Scottish National Party* (SNP) já estava mais consolidado e já apoiava a independência. Uma das suas principais pautas no momento era a luta para que o povo escocês recusasse o recrutamento para batalhar junto aos outros britânicos na guerra, o que resultou na prisão de seu líder, Douglas Young.

Ao mesmo tempo, em 1942, a *Scottish Covenant Association* foi fundada: uma organização política não partidária que também fazia campanha pelo estabelecimento de uma Assembleia Escocesa. Em 1949, ela criou uma petição com grande apelo emocional, sendo

---

<sup>31</sup> O partido é o único que tem seu nome oficial tanto em inglês quanto em gaélico escocês: Pàrtaidh Nàiseanta na h-Alba

responsável por unir diversos grupos de indivíduos que se consideravam conservadores ou liberais. O documento transcrito abaixo, que exigia um Regimento Interno da Escócia, obteve mais de dois milhões<sup>32</sup> de assinaturas:

*We, the people of Scotland who subscribe this engagement, declare our belief that reform in the constitution of our country is necessary to secure good government in accordance with our Scottish traditions and to promote the spiritual and economic welfare of our nation. We affirm that the desire for such reform is both deep and widespread through the whole community, transcending all political differences and sectional interest, and we undertake to continue in purpose for its achievement. With that end in view we solemnly enter into the Covenant whereby we pledge ourselves, in all loyalty to the Crown, and within the framework of the United Kingdom, to do everything in our power to secure for Scotland a Parliament with adequate legislative authority in Scottish affairs (apud WEBB, 1978, p. 91-92).*

O *Scottish Covenant Association* tentou levar a carta ao Primeiro Ministro, Winston Churchill, e ao líder da oposição no parlamento inglês, mas nenhum dos dois aceitou receber a associação. A *Balfour Commission*, comissão responsável por assuntos estrangeiros no Reino Unido, recebeu a petição e se reportou contra a causa nacionalista, recomendando a manutenção dos termos constitucionais existentes.

Apesar de vago nos termos da reforma da constituição em si, o documento apresenta um discurso nacionalista forte. Um dos argumentos que chamam a atenção no texto é o desejo de que o governo esteja em conformidade com as tradições escocesas. Esse ponto é defendido pelos autores da *Escola Francesa* referenciados nesse trabalho, como uma *consequência* da existência de uma nação, entendendo que quando existem tradições nacionais, sejam elas espontâneas ou forjadas por estadistas, já existe uma nação: “*tales tradiciones (...) aparecen como una consecuencia de la existencia de una nación, no como una causa de la formación del sentimiento nacional*” (RENOUVIN; DUROSELLE, 2000, p. 173)

O desejo de autogoverno, presentes tanto na carta de petição quanto nas bases da criação do *Scottish National Party*, também representam o âmago da ideologia nacionalista. As organizações citadas são resultado de um nacionalismo que se enquadra perfeitamente na definição de Renouvin e Duroselle, que parte da ideia de que uma nação tem um dever no mundo, aumentando a força, o poder e a prosperidade do Estado:

---

<sup>32</sup> Na época, a população era de 5.096.000 habitantes segundo o censo do *General Register Office for Scotland*.

*Deseo de afirmar, con respecto a otros grupos humanos, los intereses de una nación; convicción de que es a nación tiene el deber de cumplir en el mundo una "misión"; voluntad de incrementar la fuerza, el poderío y la prosperidad del Estado; orgullo de pertenecer a dicho Estado; sentimiento de superioridad material, moral o intelectual; deseo de hacer conocer o de imponer es a superioridad: tales fueron las características de esta exaltación del sentimiento nacional a la cual se aplicó desde fines del siglo XIX, en la lengua francesa, el término nacionalismo (RENOUVIN; DUROSELLE. 2000 p.210).*

Nos anos seguintes, o *Scottish Covenant Association* manteve um alto nível de atividade, com frequentes conferencias, palestras e reuniões para discutir questões do dia a dia do escocês, como transporte, pesca e turismo. Em 1952, a organização publicou outra carta aberta intitulada *Scottish Declaration*, que exigia mais uma vez o autogoverno, mas sua adesão foi inferior à primeira petição e o parlamento britânico ignorou novamente a iniciativa. Após o *fracasso* da segunda petição, a associação foi dissolvida.

#### **4.1.1 – Principais Fatores**

Já foi visto anteriormente que o sentimento nacional é uma característica quase permanente na cultura escocesa. Portanto, não é possível explicar o crescimento de um movimento nacionalista de forma abrupta, fazendo-se necessário entender por que o sentimento nacional, já presente em muitos escoceses, se tornou politizado e quando isso aconteceu.

Nas Ciências Naturais, a noção de explicação é relativamente simples em comparação com a das Ciências Sociais; algo é *explicado* quando existe uma lei geral de acordo com uma teoria científica aceita. Nas Ciências Sociais, porém, as leis gerais são raras e controversas e as teorias são campo fértil para debates. Um mesmo evento pode ser visto a partir de matizes diferentes caso de adote um ponto de vista econômico, psicológico, político, antropológico ou sociológico. Apesar das dificuldades, o ideal seria buscar uma teoria mais geral, mas sempre respeitando as particularidades do fenômeno (DUROSELLE, 1998; BREUILLY, 1985). É também com base neste conjunto de preceitos que se buscará explicar o nacionalismo escocês, já que existem duas grandes abordagens para se tratar o tema e um terceiro fator que pode ser

considerado uma manifestação do período de crescimento do nacionalismo na Escócia. São eles: o conceito de *privação relativa*; as *explicações coloniais*; e, finalmente, as expressões práticas desta insatisfação, edificadas através do *voto de protesto*.

A primeira abordagem que explica em parte o crescimento do nacionalismo na Escócia é a *privação relativa*, um sentimento de descontentamento que parte da ideia de que o indivíduo está sendo privado de algo do qual teria direito, se comparado com outros grupos com os quais enxerga certa similaridade. A expressão remete a uma teoria da Ciência Política e visa a entender a ação coletiva. Há uma diferenciação entre esse conceito e o de *privação absoluta*, o primeiro trata da privação sofrida por quem está na base da pirâmide social e que passa por situações muitas vezes desumanas; já o segundo, trata da *privação relativa*, que remete a um sentimento de injustiça, nutrido por quem se sente prejudicado em relação aos *superiores* na hierarquia social. Quanto maior a *privação relativa*, maiores as chances da população se engajar em movimentos de mudança, especialmente os ativismos políticos (MENDONÇA; FUNKS, 2015).

O sentimento de *privação relativa* se desenvolve na Escócia no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, em relação à Inglaterra. Enquanto o país vizinho gozava de economia mais forte e menores taxas de desemprego, a Escócia tinha se tornado uma área com indústrias pesadas e desenvolvimento mais lento (WEBB, 1978, p. 111). Além disso, o início da publicidade televisiva era uma janela aberta para produtos de consumo caros que muitos viam, mas poucos tinham o poder aquisitivo para comprar. O fortalecimento do nacionalismo veio como uma resposta a esse cenário e o recrudescimento desse sentimento de injustiça, e o SNP encarnava os anseios dessa parcela da sociedade escocesa que alimentava a ideia de privação relativa. O SNP representava uma mudança que a *política antiga* dos outros partidos não podia garantir, a de lutar por uma Escócia livre.

As *explicações coloniais*, por sua vez, partem da ideia de que existia uma relação de colonialismo entre Inglaterra e Escócia (WEBB, 1978, p. 116). Apesar de não ter sido considerada oficialmente como colônia, a história conturbada entre os dois países e as sucessivas conquistas da Inglaterra apesar das demonstrações do povo escocês irem contra a *união*, colocam a Escócia nessa posição. A explicação começa com o que é considerado por muitos autores, dentre eles Adam Watson (2002), como o declínio do império britânico: depois das duas guerras mundiais, a Inglaterra se encontrava enfraquecida, com rombos financeiros e setores industriais extintos – o desenvolvimento de potências como Estados

Unidos e Japão abriu uma concorrência comercial – facilitando para que as lutas por independência das suas colônias fossem bem-sucedidas. Em 1947, a Índia deixa de ser colônia do Reino Unido, iniciando um processo de descolonização que foi seguido por diversos outros países, especialmente na África.

A relação comercial desigual também coloca a Escócia em uma posição de colônia não oficial. Segundo Michael Hechter (1999) em *Internal Colonialism: The Celtic Fringe in British National Development*, onde existe uma dominação de um grupo étnico que resulta na exploração de outro, existe colonialismo:

*Commerce and trade among the members of the periphery tend to be monopolized by members of the core. Credit is similarly monopolized. When commercial prospects emerge, bankers, managers and entrepreneurs tend to be recruited from the core. The peripheral economy is forced into complementary development to the core, and thus becomes dependence upon external markets. Generally, this economy rests on a single primary export, either agricultural or mineral. The movement of peripheral labour is determined largely by forces exogenous to the periphery... Economic dependence is reinforced through juridical, political and military measures. There is a relative lack of services, lower standard of living, and higher level of frustration... There is national discrimination on the basis of language, religion, or other cultural forms (HECHTER, 1999, p. 33)*

Desde a revolução industrial, vista no capítulo anterior, até os dias de hoje, a Escócia é explorada comercialmente pela Inglaterra. Marcos como a era das indústrias pesadas (1850-1914), que fez a Escócia se tornar quase que uma área industrial da Inglaterra (COWANL FINLAY, 2000), e a exploração do petróleo, também já vista no segundo capítulo, demonstram essa relação comercial desigual entre os dois países. Questões culturais e identitárias, como linguagem e religião, citadas por Hechter como fontes de discriminação, também dão peso à balança comercial que claramente pende para um dos lados.

O período da *privação relativa* e das *mudanças coloniais* é o mesmo, culminando em um momento de grande questionamento nacional para os escoceses. Sozinhos, esses elementos provavelmente não teriam o poder de iniciar algum tipo de movimento. Juntos, não fosse toda a bagagem histórica e elementos como cultura, identidade, religião e economia, as principais *forças profundas* desse trabalho, também não. Tudo isso leva ao *voto de protesto*, que pode ser visto como uma consequência não apenas do momento econômico, mas também dos dois últimos pontos tratados acima.

O termo *voto de protesto* é usado quando o eleitor manifesta revolta através do voto, motivado por descrença ou indignação com o sistema eleitoral vigente ou com as opções disponíveis. Nas Ciências Sociais, é comumente usado para descrever o momento em que deixa de existir identificação com um partido anteriormente apoiado pela população. Algo decepciona o eleitor de forma que ele se expressa votando contra o partido em questão – a motivação do voto não é o partido ou candidato que recebeu o voto, mas sim a vontade de ir contra o outro. Outro ponto importante sobre o *voto de protesto* é que muitas vezes ele é motivado por questões econômicas, já vistas no capítulo anterior como uma *força profunda* importante, capaz de determinar rumos diferentes para um fenômeno. No caso da Escócia, o momento econômico fez com que parte da população se utilizasse do *voto de protesto*, o que beneficiou o *Scottish National Party* (SNP), o partido que defendia o nacionalismo e a independência escocesa.

Na década de 1960, o desemprego na Escócia estava alto e, apesar das promessas do Governo, o quadro continuava piorando para a população (WEBB, 1978). Assim, os eleitores do *Labours Party* foram desertando para o SNP. Importante pontuar que o voto de protesto normalmente acontece beneficiando partidos menores e não a concorrência direta – no caso da Escócia, o *Conservative Party* – já que a mudança de um partido opositor representa um passo muito largo para o eleitor. Como resultado, o SNP teve um crescimento relevante de eleitores, conquistando seu primeiro assento no Parlamento Britânico. Esse fator, junto com o momento de descolonização dos países sob o guarda-chuva do Reino Unido e os questionamentos gerados pela *privação relativa*, não apenas fortalecem o *Scottish National Party*, que passa a ter uma quantidade muito maior de eleitores, mas também mudam a situação política na Escócia. Em suma, há uma confluência de questões práticas que corroboram um pleito muito antigo, vocalizado através de um canal institucional próprio e legítimo.

Como já foi dito, o sentimento nacional existia antes e já tinha se manifestado de formas variadas ao longo dos anos, alimentado pelos momentos-chave na história e pelos fatores que foram abordados em outros momentos do trabalho como *forças profundas*. Essas mesmas *forças* continuam agindo após a Revolução Francesa e as duas guerras mundiais, mas a criação de um partido (o SNP) corporificou este sentimento nacional, dando a ele um cunho político, transformando-o em nacionalismo. O momento histórico entre as décadas de 1950 e 1960 o impulsionou, de forma a ganhar expressividade e representatividade no Reino Unido.

#### 4.1.2 – *Consolidação do nacionalismo*

Se até meados dos anos 1950, o *Scottish National Party* tinha mais simpatizantes do que votos, dificultando a tradução de uma aparente vontade da população em autonomia e poder político reais, as circunstâncias dos anos seguintes deram ao movimento nacionalista escocês a força que precisava para se consolidar. Nos anos 1970, o SNP não era mais visto como uma alternativa temporária, um *voto de protesto*, e sim como uma alternativa válida e possível. O nacionalismo parecia capaz de romper o sistema bipartidário<sup>33</sup>, algo inédito na política da Escócia.

A descoberta e a exploração comercial do petróleo no Mar do Norte deram às reivindicações nacionalistas uma nova seriedade, indicando que uma Escócia independente poderia ser autossuficiente graças ao novo achado. Um relatório publicado em 1975 por Gavin McCrone, chefe do conselho econômico escocês nos anos 1970, apontou que, com a descoberta do petróleo, pela primeira vez desde o *Act of Union*, a Escócia poderia ter uma situação econômica melhor sozinha do que como parte do Reino Unido. O documento de dezoito páginas apresentava uma projeção extremamente favorável à independência escocesa, indicando que com um superávit expressivo, a moeda do país poderia se tornar uma das mais fortes da Europa:

*(...) other countries would be extremely foolish if they did not seek to do all they could to accommodate Scottish interests. For Scotland the net cost of the Common Agricultural Policy, which features so large in British discussions, would be at most £40 million a year, a small sum compared with the balance of payments gain from North Sea oil. The more common policies come to be decided in Brussels in the years ahead, the more Scotland would benefit from having her own Commissioner in the EEC as of right and her own voice in the Council of Ministers instead of relying on the indirect, and so far hardly satisfactory, form of vicarious representation through United Kingdom departments (MCCRONE, 1975, p. 16).*

O argumento é tão poderoso no sentido da viabilização da separação, que o documento, que demonstrava as prováveis receitas do petróleo do Mar do Norte e a viabilidade econômica de uma Escócia independente, foi classificado pelo governo britânico

---

<sup>33</sup> Até então, os partidos eleitos eram o *Scottish Conservative Party* e o *Scottish Labour Party*, variando entre governo e oposição. Nenhum dos dois se posiciona a favor da independência da Escócia.



na época como *secreto*, se tornando público apenas em 2005, quando uma nova legislação sobre liberdade de informação entrou em vigor.

Também em 1975, o governo trabalhista publicou um documento intitulado *Our Changing Democracy: Devolution to Scotland and Wales*, que tinha como proposta a transferência maciça de algumas funções governamentais e administrativas de assuntos internos da Escócia e País de Gales para seus próprios países. Apesar de enfatizar que o novo arranjo deveria operar dentro da estrutura do Reino Unido, a carta defendia uma assembleia escocesa com 142 membros, dando à Escócia uma autonomia política muito maior. Até o momento, o documento representava a iniciativa mais significativamente organizada de transformar os ideais nacionalistas em ação política real (GALLAGHER, 2009), como exposto no trecho abaixo:

*First, and most important, it is vital to reduce the potential for regular explosive conflict between a future Scottish administration and the United Kingdom Government. This means that the areas of legislative and executive power to to be devolved to the Scottish Assembly must be defined as clearly as possible. (...) The private law of a country is not an assemblage of largely independent acts or rules, but a single and integrated piece of machinery whose component parts must fit in with one another and serve the needs of the machine as a whole (apud SCOTTISH LAW COMMISSION, 1976, p. 5-6)*

A atitude foi contestada por políticos, especialmente no nordeste da Inglaterra, que estavam convencidos de que suas regiões perderiam com o arranjo proposto. O primeiro projeto de lei de descentralização política do Reino Unido foi rejeitado em 1977 por onze votos a mais da oposição.

É relativamente fácil identificar através dos livros de História e dos estudos sobre nacionalismo escocês que o movimento nacionalista do país se mistura com a trajetória do *Scottish National Party* – um é basicamente a corporificação do outro. Assim, a consolidação do nacionalismo como movimento político significa também a consolidação do SNP.

Alguns anos antes dos dois documentos acima serem produzidos, em 1967, o partido conquistou um assento no parlamento de Westminster, fazendo com que ele tivesse mais destaque no Reino Unido. A notoriedade nacional também levou ao estabelecimento da *Comissão Kilbrandon*, uma comissão real criada para examinar e reavaliar as estruturas da constituição do Reino Unido e seus países constituintes. Depois de quatro anos de pesquisas e publicações oficiais, o relatório rejeitou as opções de independência, mas se posicionou a

favor de assembleias escocesas e galesas diretamente eleitas. As áreas a serem transferidas para órgãos escoceses seriam educação, meio ambiente, saúde, assuntos internos, assuntos legais e serviços sociais. Agricultura, pesca, alimentos e energia continuariam sendo assuntos do Reino Unido. Após uma mudança de governo em 1974, entretanto, o Parlamento Britânico publicou um documento revogando as sugestões da *Comissão Kilbrandon*.

Os anos foram passando e o SNP foi se consolidando junto com o nacionalismo, até que, em 1997, a Escócia realizou um referendo para a criação de um parlamento escocês, o *Scottish Devolution Referendum*. Ao ser perguntada se o país deveria ter um parlamento próprio, 74%<sup>34</sup> da população disse *sim* nas urnas, fazendo com que fosse criado, em 1998, o *Scotland Act*, uma lei que permitiu a criação de um Parlamento Escocês. Segundo alguns historiadores escoceses, a mudança foi o desenvolvimento político mais relevante para a Escócia desde o *Act of Union*, de 1707 (GALLAGHER, 2009, p.88).

Quando o parlamento escocês se reuniu pela primeira vez em maio de 1999, Winnie Ewing<sup>35</sup>, do SNP, abriu a sessão com a fala “*The Scottish Parliament, adjourned on the 25th March 1707, is hereby re-convened*” (SNP.ORG). Esse marco aumentou a esperança de uma Escócia independente e fortaleceu o *Scottish National Party*, que em 2007 emergiu como o maior partido escocês com 69 assentos no parlamento<sup>36</sup> e o terceiro maior partido do Reino Unido, com 35 assentos na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico. Nicola Sturgeon, que atua como Primeira-Ministra da Escócia desde 2014, é a atual líder do SNP.

O nacionalismo escocês se torna oficial com a criação do *Scottish National Party*, mas ele não surge de um dia para o outro, sendo moldado ao longo de séculos e se fortalecendo nas diferenças – identitárias, religiosas, econômicas, linguísticas, culturais, etc. Mesmo que fosse um movimento súbito, ele não encontraria aderência na população se não tivesse motivações concretas e que geram união, produzindo resultados políticos relevantes para o país.

O século XX pode ser interpretado na história como um *resultado* ou uma *consequência* dos séculos anteriores, possibilitado por diversos fatores que já foram vistos aqui e pela mudança no sistema político europeu. A causalidade entre as *forças profundas*

---

<sup>34</sup> Resultado publicado no documento Results of Devolution Referendums 1979 & 1997, disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/RP97-113>

<sup>35</sup> Advogada e nacionalista escocesa, membro do SNP e do parlamento escocês.

<sup>36</sup> O total de assentos do Parlamento Escocês é 129

analisadas e o nacionalismo fica ainda mais evidente no próximo tópico, quando se adentra de fato no Movimento Separatista Escocês.

#### ***4.2 – Compreendendo o Separatismo***

Antes de tudo, é necessário esclarecer o que é separatismo para depois adentrar no movimento escocês. Seu conceito não é muito claro para a maioria dos autores, fazendo com que muitos apenas se refiram e estudem algum caso em específico, sem necessariamente defini-lo. Para Ryan Griffiths e Ivan Savic (2009), há separatismo quando uma entidade participe de um conjunto político deseja aumentar sua autonomia em relação ao governo central:

*We use the term separatist to encompass all sub-national political entities that wish to increase their autonomy vis-à-vis the central government. This conceptualization captures not only the aim to gain full political independence, but also any desire to increase a region's autonomy with respect to the central government. This includes both legally-recognized and de facto sub-national governments and political movements (p. 326).*

É interessante perceber que os autores não estabelecem vínculo automático ou exclusivo entre o movimento separatista em si e a obtenção do poder estatal em sua totalidade. Num sentido mais próximo da reforma do que da revolução, determinados movimentos separatistas poderiam pleitear apenas o reordenamento de privilégios políticos sem necessariamente questioná-los ou sugerir sua superação.

O mesmo não acontece no verbete elaborado por Ottino (1998), que trabalha uma definição um pouco mais clara, entendendo que o grupo em questão busca se desligar de uma estrutura *estatal* maior: separatismo “(...) indica a tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se, reivindicando a sua completa independência política e econômica” (p. 1145). Nesse sentido, limita-se não apenas o motivo, mas também o ambiente no qual os movimentos separatistas poderiam ser assim caracterizados. No caso da Escócia, o Reino Unido é o Estado soberano enquanto os Estados partícipes funcionam como províncias submetidas à sua normatividade. Isso não significa, no entanto, que não existe nenhum grau de autonomia política ou exclusividade identitária.

Para entender o separatismo escocês, é preciso primeiro entender um dos pressupostos que melhor suportam este tipo de pleito. Como já mencionado em outros pontos do texto, o maior desejo do povo escocês, ao lutar pela liberdade perante o Reino Unido, se baseia na ideia de construir uma estrutura governamental própria e totalmente independente, capaz de gerir as relações sociais daquele povo. É com essa visão em mente que parte para a análise do princípio de autodeterminação dos povos.

Em 1945, após a Segunda Guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com o objetivo de evitar outros conflitos com as proporções dos dois anteriores. A organização foi firmada a partir da Carta das Nações Unidas, um acordo constitutivo assinado por diversos países, dentre eles o Reino Unido. Um dos principais fundamentos da carta no âmbito internacional e diplomático é o direito que um povo ou país tem de se autogovernar, exercendo a soberania nacional sem intervenção externa. Os artigos 1 e 76 garantem:

*To develop friendly relations among nations based on respect for the principle of equal rights and self-determination of peoples, and to take other appropriate measures to strengthen universal Peace. (...) to promote the political, economic, social, and educational advancement of the inhabitants of the trust territories, and their progressive development towards self-government or independence as may be appropriate to the particular circumstances of each territory and its peoples and the freely expressed wishes of the peoples concerned, and as may be provided by the terms of each trusteeship agreement (UN.ORG)*

Apesar de não deixar clara a melhor forma de se obter o autogoverno, a carta defende que um país realize suas escolhas sem a influência direta de outro, legitimando seu direito interno. Ela também entende que os interesses do povo de um determinado território são fundamentais e devem ser respeitados e promovidos, devendo esse povo ser direcionado ao autogoverno ou à independência.

O conceito sociológico de *povo* se encaixa nessa pesquisa amarrando as *forças profundas* trabalhadas até aqui. Para Zippelius (1971, p. 46), *povos* são conjuntos de pessoas ligadas por um sentimento nacional comum que se formou graças a uma pluralidade de fatores, como etnia, cultura, religião, história e idioma. Já para Bonavides (1994, p.78), *povo* é compreendido como uma continuidade do elemento humano projetado historicamente ao longo de gerações, fazendo com que se obtenha valores e aspirações comuns. Unindo os conceitos, *povos* seriam formados pela união de um conjunto de elementos objetivos, as *forças* citadas, e o elemento subjetivo, o sentimento de pertencimento. Esse último é bem

resumido por Casagrande (2003, p.11) que, ao se apropriar de um conceito desenvolvido pelo autor francês Ernst Renan (2000), define que este sentimento se manifesta através de uma adesão voluntária, ou seja, uma vontade ativa de viver em comunidade, reforçada diariamente através do que se denomina, metaforicamente, de *plebiscito de todos os dias*.

A criação da ONU e a publicação da carta, em 1945, foram seguidas por movimentos de descolonização, que resultaram na independência de diversos países, especialmente africanos, e posteriormente por um momento crescente de movimentos separatistas. Hoje, são numerosos os movimentos que, baseados nos preceitos defendidos pela Carta, apelam para a separação em busca de um autogoverno, a exemplo da Caxemira (região disputada por Índia e Paquistão), da Catalunha (Espanha), da Chechênia (Rússia) e do Curdistão (zona que engloba, majoritariamente, territórios iraquianos, mas envolve interesses sírios, turcos, e armenos). Mas enquanto essas movimentações se focam na reivindicação de um território, se baseando em questões identitárias, o separatismo escocês é unicamente identitário, abrangendo variáveis como linguagem, história comum, cultura, religião, etc. A Escócia já tem um território próprio e já é um país, mas não tem autogoverno e soberania. Nesse ponto, Williams (2008) pode ajudar a esclarecer a diferença entre os dois tipos de separatismo:

*An obvious distinction exists between 'territorial' and 'ethnic' separatism. The former rests its case primarily on the spatial distinctiveness of the potentially independent unit. This may encompass also other variables, such as language, common history, religion, but the main justification for separation is actual or perceived distance from the dominant core. Ethnic separatism rests its case on the cultural distinctiveness of the unit, whilst nationalist leaders cite structural discrimination by the dominant cultural group of the state as the prime justification for independence. They see their incorporation into a multi-national state as being inherently contrary to nature, and a severe impediment to the full realization of their own group development (WILLIAMS, 2008, p.145)*

Já foi visto nos tópicos anteriores como o nacionalismo se *oficializou* e se consolidou na Escócia, através da mudança no sistema político europeu e do momento histórico, que facilitou a ascensão do *Scottish National Party*. A escolha de abordar o Movimento Nacionalista e o Movimento Separatista no mesmo capítulo não foi casual – a essa altura, o leitor já deve ter percebido que as duas coisas se misturam bastante, fazendo com que os dois pareçam se diferenciar apenas por nomenclatura. Por isso, antes de adentrar mais no movimento separatista escocês, é importante esclarecer: o nacionalismo é o desejo de autogoverno e independência política (HOBBSAWN; RANGER, 2008) e o movimento

separatista é o *veículo* pelo qual a independência deve ser alcançada. Um é produto do outro e o meio pelo qual ele toma forma.

#### 4.2.1 – O Movimento Separatista Escocês

O Movimento Separatista Escocês nasce junto com o SNP, ou seja, junto com a formalização do nacionalismo. Os primeiros anos, quando diversos documentos com finalidade de autogoverno foram publicados, foram de adesão e consolidação, mas apenas em 1998 a Escócia conquistou um parlamento próprio, apesar de limitado. A partir desse momento, o país passou a ter primeiro-ministro, Donald Dewar, líder do *Labour Party*, foi o primeiro a ocupar o cargo, e competência sobre algumas questões internas, mas permaneceu sujeito ao Parlamento Britânico.

Em 2007, o SNP já era o maior partido escocês, com maioria de assentos no parlamento, o que significava administração majoritária no governo. A falta de autonomia, contudo, incomodava e a independência continuava como um desejo antigo e não realizado. Como o direito de autodeterminação dos povos, defendido pela ONU, é um princípio de caráter democrático, ele deve ser reivindicado quando existe uma concordância do povo. Para questões dessa magnitude se faz necessária confirmação através de mecanismos sufragistas: plebiscito ou referendo<sup>37</sup>.

Como a maioria no parlamento, em 2007, pertencia ao SNP, a Escócia elegeu como primeiro-ministro<sup>38</sup> Alex Salmond, seu líder. Estando à frente do partido há 17 anos, Salmond, depois de eleito, empreendeu esforços na realização de um referendo separatista. A defesa da independência escocesa fora o principal tema da sua campanha e questão central para o partido que ele representava, logo, o apoio ao SNP e à eleição de Alex Salmond já representavam por si só um desejo de parte importante da população em avançar neste assunto. No entanto, a vitória do SNP por si só não era suficiente, a sociedade escocesa

<sup>37</sup> Apesar de ambos se concretizarem através da consulta popular, o plebiscito acontece antes de uma lei ser constituída, já o referendo acontece quando já há um projeto de lei elaborado.

<sup>38</sup> A Escócia passou a ter Primeiro Ministro em 2009, a partir do *Scottish Devolution Referendum* e a criação de um Parlamento Escocês. Apesar de responder ao parlamento escocês, ele está sujeito à autoridade do parlamento do Reino Unido, que pode alterar os sistemas nacionais governamentais. O parlamento escocês não é, portanto, soberano.

precisava confirmar o desejo separatista por meio de uma consulta popular. Identidade nacional, religião e a ideia de uma Escócia pós-independência mais moderna, aberta e desenvolvida (economia) eram os principais argumentos (MCANULLA; CRINES, 2017), todos *forças profundas* analisadas à luz da história do país. O apelo à história, inclusive, fica claro no discurso de Salmond:

*Our hard-won reputation for being Bravehearts in the battle, but our hard-won reputation for invention which generated wealth ... in Arthur Herman's phrase 'it sometimes seems as though Scotland has invented the modern world' (SALMOND, 2014a).*

Salmond se utiliza de memórias e mitos culturais – *Braveheart* é uma referência clara ao filme dirigido por Mel Gibson, que retrata o período de *Guerras de Independência* e a vida de um dos principais *heróis* nacionais – elaborando um discurso baseado nas tradições para reavivar uma memória ancestral e sentimental (HOBSBAWN; RANGER, 1996). No entanto, interliga, neste mesmo discurso, o passado glorioso a um futuro promissor e repleto de inovações. Em outros momentos, se apropria de uma fala mais direta e técnica, evidenciando os benefícios econômicos que a separação traria para a Escócia:

*We have calculated the consequences of increasing current spending by 3% a year between 2017 and 2019, rather than 1%, as the UK Government prefers... Under our plans, the Scottish Government's budget deficit would still decline - to 2.2% of GDP – and public sector debt would be on a downward trajectory as a share of our GDP. But we would free up additional spending resources of £2.4 billion in 2018-19 (SALMOND, 2014b).*

O acordo que permitia a realização de um referendo a respeito da independência da Escócia foi assinado em 12 de outubro de 2012 por Alex Salmond, então primeiro-ministro da Escócia, e David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido na época. Para participar do referendo, que foi marcado para 18 de setembro de 2014, o escocês deveria ter idade mínima de 16 anos e registrar sua participação – 97%<sup>39</sup> da população escocesa se registrou, demonstrando uma adesão alta na decisão do futuro do país.

---

<sup>39</sup> Notícia reportada pelo Daily Mail após anúncio feito pelo parlamento escocês: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2752086/Scottish-referendum-97-Scots-sign-vote.html>

Desde o seu anúncio, o referendo gerou grande movimentação no país, fazendo com que diversas campanhas<sup>40</sup> para ambos os lados fossem formadas. As maiores foram o *Yes Scotland*, a favor da independência e liderada pelo SNP<sup>41</sup>, e a *Better Together*, contra a independência e formada com o apoio de três partidos escoceses: *Scottish Labour*, *Scottish Conservative Party* e *Scottish Liberal Democrats*.

Os argumentos centrais da campanha a favor da independência escocesa – a materialização, portanto, do nacionalismo – se focaram na riqueza do país em petróleo e a longevidade dessas reservas. Segundo o *Yes Scotland*, a crescente economia do país seria capaz de sustentar os gastos da separação e a transição para uma nova moeda, além de questões que passariam a ser nacionais, como assistência social. Outro argumento defendido pelos grupos separatistas é de ideologia política: a Escócia vota consistentemente em partidos não conservadores, mas acaba tendo que responder ao parlamento do Reino Unido, muitas vezes liderado por governos conservadores. A independência seria uma forma de não ser mais governado por um partido que não os representa e que não recebeu os votos da maioria dos eleitores do país. A identidade nacional também aparece como um dos pontos trazidos pelo movimento separatista, mas de forma secundária, trazendo na bagagem todos os elementos históricos e culturais do país.

A justificativa mais presente nos canais oficiais do *Yes Scotland*, entretanto, é a econômica. Ela é tão abordada e explorada que *razão e meio* se confundem, fazendo com que a riqueza do país vá além de ser um argumento para se separar e se torne, principalmente, a *forma* que a campanha se utiliza para convencer a população de que *agora* eles estão prontos para se tornarem um país independente, como mostram as duas imagens abaixo retiradas do *Twitter* oficial do *Yes Scotland*:

---

<sup>40</sup> Outros grupos a favor: *Labor for Independence*, *Woman for Independence* e *Business for Scotland*.

<sup>41</sup> Também apoiada pelos partidos *Scottish Socialist Party* e *Scottish Green Party*,



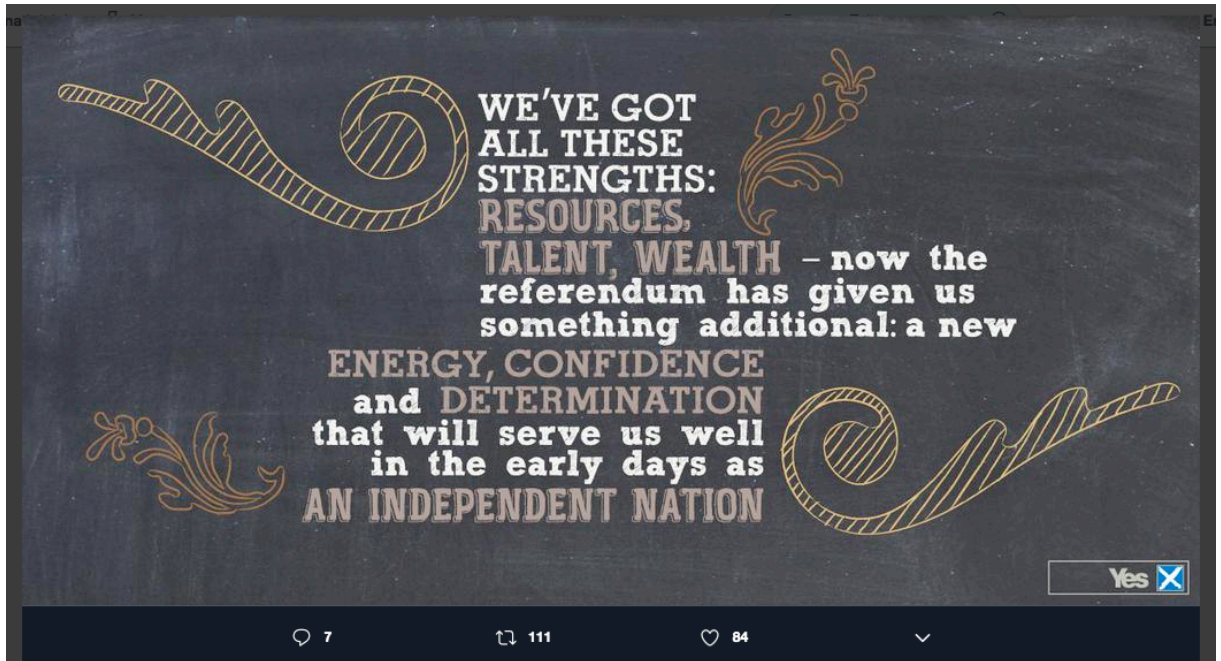


Ilustração 3 – Tweet Yes Scotland 17 de setembro de 2014

Fonte: Twitter oficial @yesscotland. Disponível em: <https://twitter.com/yesscotland?lang=pt> Acesso em 12/10/2019



Ilustração 4 – Tweet Yes Scotland 16 de setembro de 2014

Fonte: Twitter oficial @yesscotland. Disponível em: <https://twitter.com/yesscotland?lang=pt> Acesso em 12/10/2019

A economia não deixa de ser, portanto, uma *força profunda* motivadora do movimento separatista escocês, mas ganha um segundo papel muito importante, de veículo que viabiliza uma escolha que já tinha sido feita muito antes, mas não tinha se concretizado, o que revela uma percepção pragmática da sociedade escocesa, que, embora sensível aos apelos emotivos de uma independência, mostra-se cautelosa quanto ao futuro econômico do país, apelando, desse modo, à razão.

O movimento contrário também se utilizou de argumentos econômicos ao longo de toda a campanha, levantando dúvidas sobre a confiabilidade das reservas de petróleo no Mar do Norte, apresentando incertezas sobre uma possível nova moeda e lembrando a ameaça aos empregos caso empresas inglesas abandonassem a Escócia. Apesar do movimento contra o separatismo não ser o objeto de estudo deste trabalho, é preciso entender como o referendo se sucedeu. Além disso, é interessante verificar que o *Better Together* toma um caminho muito parecido com o *Yes Scotland*, direcionando suas campanhas para a (in)viabilidade da independência e não para as motivações contra e a favor, a exemplo das imagens abaixo, retiradas do *Twitter* oficial do *Better Together*:



Ilustração 5 – Tweet Better Together 17 de setembro de 2014

Fonte: Twitter oficial @uk\_together. Disponível em: [https://twitter.com/uk\\_together](https://twitter.com/uk_together) Acesso em 12/10/2019



Ilustração 6 – Tweet Better Together 14 de setembro de 2014

Fonte: Twitter oficial @uk\_together. Disponível em: [https://twitter.com/uk\\_together](https://twitter.com/uk_together) Acesso em 12/10/2019

É muito fácil identificar o teor dos argumentos das campanhas, que são manifestações do Movimento Separatista Escocês. Majoritariamente, elas tratam das *consequências*, para o bem ou para o mal, de uma possível independência. As imagens retiradas dos canais de comunicação do *Better Together* falam de proteger empregos, pensão e sistema de saúde, que seriam *prejudicados*, segundo o grupo, no caso de uma separação.

Apesar de muitas pesquisas de opinião terem colocado o “*sim*” à frente, como as realizadas pelo Instituto ICM, o “*não*” ganhou no dia 14 de setembro de 2014 com 55% dos votos. Muitos escoceses afirmam, entretanto, que os riscos e incertezas econômicas foram os principais motivos para votar contra a independência (NYE, 2015, p. 84). Os dois maiores bancos da Escócia, o *Lloyds Banking Group* e o *Royal Bank of Scotland*, por exemplo, anunciaram que se o referendo decidisse a favor da independência, eles mudariam suas sedes para Londres, na Inglaterra.

Todos esses fatores tornam possível a interpretação de que o povo escocês se posiciona de maneira favorável à independência quando se analisa a questão ideologicamente, mas, em termos práticos, não acha que vale a pena se separar<sup>42</sup> – ainda assim, 45% da população prefere se separar de qualquer forma. As questões econômicas surgem com força no momento de decisão, como um fator capaz de determinar o posicionamento da população com relação ao referendo. Mas o sentimento em relação à soberania da Escócia como nação, ao direito de se autogovernar e a vontade de andar com as próprias pernas sem uma dominação inglesa, são outros. O nacionalismo é baseado na identidade nacional, em todos os elementos que ela carrega consigo e na relação histórica conflituosa entre os dois países. O movimento separatista não deixa de ter essas raízes, já que é uma manifestação do nacionalismo, mas sua fundamentação é outra.

É preciso lembrar também que o SNP, cuja pauta principal sempre foi o autogoverno escocês, é o maior partido em termos de voto popular desde 2007, o que demonstra o desejo de independência da população. Nos dias seguintes ao referendo de 2014, o partido passou por um crescimento sem precedentes, dobrando seu número de afiliados. Nas votações seguintes, o SNP continuou vencendo as eleições, sendo Nicola Sturgeon a líder do partido e primeira-ministra atual da Escócia.

Apesar do resultado negativo do referendo em relação à independência da Escócia, um evento extremamente importante ocorreu na Inglaterra no ano seguinte: a posição do Parlamento Britânico de que daria entrada no processo de saída da União Europeia (UE)<sup>43</sup>, processo que passaria a ser conhecido como *Brexit*<sup>44</sup>. Este evento é emblemático para a discussão do separatismo escocês, por que uma das razões citadas por quem se opunha à separação escocesa era o risco de não fazer mais parte da UE. Com o processo de saída da EU iniciado no Reino Unido, o movimento separatista escocês expressou o interesse em colocar novamente em questão a permanência do país no Reino Unido. O SNP declarou, em 2016, o desejo de realizar um novo referendo, vontade que se manifestou oficialmente no ano seguinte, quando a primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon obteve a aprovação do Parlamento Escocês para solicitá-lo. O pedido formal foi enviado ao Parlamento Britânico

---

<sup>42</sup> Isso não quer dizer que todos os escoceses pensem da mesma forma. Existem, sim, os que se percebem com identidade britânica ou que são a favor da união por outros motivos, mas se entende através da análise feita que esses sejam minoria. A tentativa, aqui, não é generalizar, mas entender o sentimento do país e, para isso, é preciso vê-lo como unidade.

<sup>43</sup> Foi oficializada a realização de um referendo no Reino Unido sobre a continuidade de participação na União Europeia através da lei *European Union Referendum Act*.

<sup>44</sup> O nome dado ao movimento de separação é uma mistura das palavras *British* com *exit*.

ainda em 2017, porém não obteve uma resposta oficial do governo do Reino Unido até o momento.

#### 4.2.2 – A Escócia e o Brexit

Assim como o movimento separatista escocês teve seu início muito antes dos primeiros referendos, o desejo do *Brexit* pode ser percebido em momentos anteriores à 2015 em todo o Reino Unido, mas em especial na Inglaterra. Em maior ou menor grau, o nacionalismo esteve sempre presente como suporte à esse desejo.

Desde a sua entrada na União Europeia, em 1973, se discute a permanência ou não, a exemplo do primeiro referendo sobre o tema realizado em 1975, que teve o resultado favorável à permanência britânica com 67% dos votos. Outros sinais de que o Reino Unido não tinha entrado por inteiro no grupo eram evidentes: ele jamais adotou o euro como moeda, mantendo a libra esterlina, e negociou uma cláusula de não participação no espaço *Schengen*, não aderindo ao acordo de livre circulação sem controles fronteiriços.

O momento de nacionalismo crescente também desencadeou a criação do *UK Independence Party* (UKIP), um partido britânico de base nacionalista cujo principal argumento para a separação da UE era de que os europeus desrespeitavam a soberania britânica em assuntos econômicos e questões migratórias. Fundado em 1993, o partido eurocético (como ficaram conhecidas as siglas que se posicionavam em campos opostos à integração regional via União Europeia) com maior base eleitoral na Inglaterra teve uma trajetória crescente até 2014, com maior adesão entre a classe trabalhadora britânica que se preocupava em perder seus empregos com o aumento da imigração.

O período também coincidiu com as novas eleições do *Conservative and Unionist Party* em 2015, o partido conservador britânico igualmente favorável à separação da UE, que já liderava o governo desde 2010. Com as eleições de 2015, entretanto, o partido liderado por David Cameron conquistou maioria de assentos no Parlamento Britânico, fazendo com que o primeiro-ministro elaborasse e aprovasse um manifesto que pedia um novo referendo sobre a saída da União Europeia. Em 23 de junho de 2016, 52% da população do Reino Unido votou pela não permanência na UE.

Apesar do resultado favorável, não se pode dizer que os votos foram homogêneos entre os países. Essa diferença de proporção, que será detalhada logo mais, leva ao questionamento do que seria a identidade britânica, defendida pelo nacionalismo do Partido Conservador. Segundo Pocock (1982), a identidade britânica pode ser entendida através da sua história, que facilmente é entendida como a história da Inglaterra. Para o autor, a história ensinada aos britânicos sempre foi a da Inglaterra, deixando os outros países, como Escócia, à parte da formação do Reino Unido:

*Because the effective determinants of power lay in England, the history of Anglo-Scottish union is English history – not because the relations of power to society in Scotland were assimilated to those in England but because they were excluded and could be largely ignored. English historians of the period have, therefore, no need to study Scottish history (POCOCK, 1982, p. 313)*

O movimento a favor da saída da UE promove uma nacionalidade que incentiva a identidade britânica única. Além da ideia de unidade ir de encontro ao nacionalismo escocês, a identidade britânica é vista como resultado de um sentimento nacionalista inglês, normalmente conservador em questões sociais – o Partido Conservador foi o responsável pela aprovação do referendo – e que cresceu através de uma rejeição ao multiculturalismo. Nesse sentido, segundo Motyl (2001, p.64), a identidade britânica partiria de um nacionalismo nativista, ou seja, que defende os interesses dos habitantes nativos contra os dos imigrantes, apoiando medidas de restrição à imigração.

Apesar da identidade britânica em si não ser objeto de estudo deste trabalho, é impossível não ver as semelhanças entre o *Brexit* e o movimento separatista escocês. As motivações do nacionalismo são diferentes, mas ambos acarretaram na criação de partidos nacionalistas e na realização de referendos sobre a saída de uma estrutura política maior sob o argumento de relativização da soberania, má gestão e alocação de recursos próprios e/ou diluição de elementos identitários.

O caso é ainda mais complexo: enquanto o Reino Unido tenta se separar da União Europeia, a Escócia tenta se separar do Reino Unido, criando um curioso caso de separatismo dentro do separatismo. Apesar de *separatismo* ao pé da letra considerar a separação de um território do Estado do qual faz parte, resultando em um novo Estado independente (OTTINO,

1998), o *Brexit* é um movimento político que defende a separação, assumindo um papel decisivo para o movimento escocês.

Enquanto 54% da população da Inglaterra decidiu pela saída da UE, a Escócia foi o país com menor adesão ao *Brexit* no referendo de 2016, tendo 38% dos votos pela saída e 62%<sup>45</sup> dos votos pela permanência na União Europeia. A ilustração abaixo, retirada do portal britânico BBC, mostra a adesão por território. Nenhum dos locais de votação na Escócia decidiu pela saída da União Europeia.

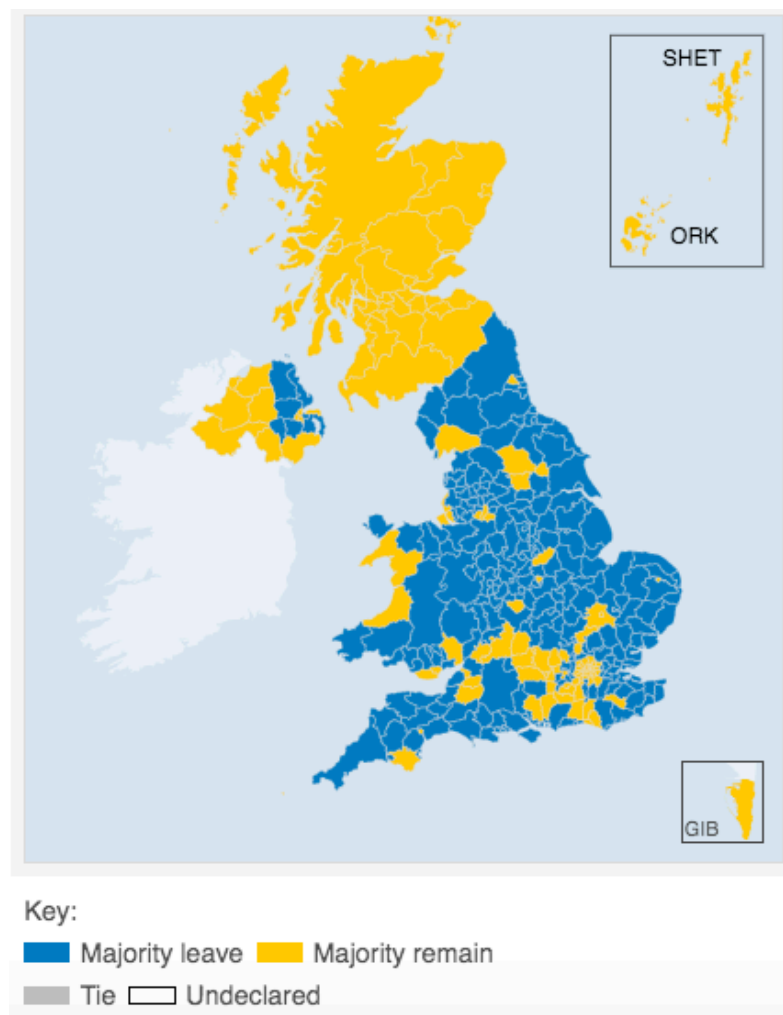


Ilustração 7 – Mapa de adesão ao *brexit* por território

Fonte: EU Referendum Results Disponível em: [https://www.bbc.com/news/politics/eu\\_referendum/results](https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results)  
Acesso em 20/10/2019

<sup>45</sup> Fonte: [https://www.bbc.com/news/politics/eu\\_referendum/results](https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results)

Esse resultado, como era de se esperar desde que o referendo foi aprovado pelo parlamento britânico, reacendeu a chama do movimento separatista escocês. Se o Reino Unido decidiu pela saída da União Europeia e a Escócia demonstra um desejo de ficar, existe um novo argumento para os que defendem o nacionalismo escocês, já que fica clara uma cisão muito importante em termos de interesse. Todos os argumentos que inviabilizariam a separação do Reino Unido poderiam ser agora levantados para sugerir a permanência na União Europeia, significando um cálculo simples que compara as vantagens da permanência no Reino Unido com aquelas referentes à permanência na UE. Após o referendo, Nicola Sturgeon deixou claro que o governo do SNP exploraria todas as opções para proteger o lugar da Escócia na Europa, liderando a oposição ao *Brexit*.

Como já foi mencionado no tópico anterior, o SNP, que lidera o movimento separatista na Escócia, publicou um manifesto declarando que o Parlamento Escocês deve realizar um referendo de independência caso haja uma mudança material de circunstâncias. A saída do Reino Unido da UE se enquadra nesse critério, fazendo com que a primeira-ministra Nicola Sturgeon solicitasse ao Parlamento do Reino Unido um novo referendo para a Escócia assim que o *Brexit* tenha a sua finalização formal. Até os últimos meses de 2019, não houve resposta oficial do governo britânico sobre essa solicitação, apenas uma fala informal da ex-primeira-ministra Theresa May, em 2017, afirmando que não era o momento de discutir outro referendo.

O *Brexit*, entretanto, até a finalização deste trabalho, parece longe de ter um fim. Mesmo com a maioria tendo votado pela saída da UE em 2016, a população parece extremamente dividida sobre os termos dessa saída, organizando movimentos contra e a favor da separação. Nesse sentido, é possível que o *Brexit* continue se desdobrando em acontecimentos político-sociais mesmo após a formalização da saída do Reino Unido da UE. Isso gerou um desgaste extremo nas relações internas do Reino Unido e com a UE, provocando inclusive a troca de primeiro-ministro britânico de Theresa May para Boris Johnson<sup>46</sup>. O atual representante do governo tenta uma saída a qualquer custo enquanto outros movimentos políticos tentam uma negociação mais amigável, fazendo com que esse impasse obstaculize a definição em relação ao *Brexit*. Até o início de novembro de 2019, Boris Johnson seguia tentando uma saída brusca do Reino Unido enquanto o Parlamento Britânico

---

<sup>46</sup> Em julho de 2019 Boris Johnson foi anunciado como líder do Partido Conservador e novo primeiro-ministro em substituição a Theresa May, que foi pressionada a renunciar ao cargo após diversas tentativas malsucedidas de negociar o *brexit*.



negociava um terceiro pedido de adiamento, demonstrando que o desfecho dificilmente acontecerá ainda neste ano. Os eventos ainda em curso e sem um desfecho relacionados ao *Brexit*, entretanto, não são objetos de análise neste trabalho.

O *Brexit* dá aos separatistas a esperança de uma Escócia livre e questiona parte da população, que estava indecisa ou incerta, sobre a necessidade de se manter na União Europeia. Toda essa movimentação de saída de um e permanência do outro não tem desfecho até o fim deste trabalho. Não é impossível, contudo, que a confirmação do *Brexit* funcione como elemento impulsionador do separatismo escocês, resultando na tão sonhada independência da Escócia, objeto de desejo do SNP e do movimento separatista escocês.

#### **4.2.3 – Back to Scotland**

O movimento separatista escocês se desenvolveu a partir de uma série de fatores. Como em um efeito dominó, fatores históricos conduziram a um movimento nacionalista, desencadeado pelo momento econômico, que levou à criação do SNP, que se traduziu através de um movimento separatista. O pleito já existia muito antes – desde 1297 a Escócia tenta a independência, hora mais próxima do objetivo e em outros momentos longe de conquistá-la. A identidade nacional forte e distinta nunca deixou de existir, mesmo com os esforços para matar as tradições e a cultura escocesas, após a *Batalha de Culloden*, com as proibições do sistema de clãs, do uso dos *tartans* e da língua gaélica. O que muda é o sistema político, as nomenclaturas e as formas de organização. Se antes a batalha era nos campos e regiões montanhosas da Escócia, hoje é nos parlamentos e palanques.

Apesar de ter dado alguns passos na direção do autogoverno, a Escócia continua limitada, sujeita à autoridade do Parlamento Britânico em Westminster. A soberania da nação não existe, ficando o Reino Unido com o status de Estado unitário e de governo soberano. Mas a pouca autonomia conquistada se deve ao Movimento Separatista Escocês, que, dando voz ao nacionalismo, conquistou um parlamento próprio com poder de decisão sobre alguns assuntos internos, mesmo que mínimo,

As motivações ficam claras ao longo da história. Séculos de dominação marcam a relação entre Inglaterra e Escócia, deixando a segunda em posição de desvantagem, sem autonomia e controle sobre si mesma. Mas o orgulho permaneceu, fortalecendo e sendo

fortalecido em uma via de mão dupla pelas *forças profundas* estudadas. Enquanto a identidade escocesa resistia ao longo dos anos, sendo reforçada por idioma, cultura, tradições e religião, esses mesmos elementos também eram estimulados e sobreviviam através da vontade de se diferenciar como escocês, em um movimento de retroalimentação.

A economia aparece como uma força diferente das demais, ocupando um papel duplo na equação que forma o Movimento Separatista Escocês. Ao mesmo tempo em que motiva o nacionalismo, posicionando o petróleo como um bem nacional e criando o momento perfeito para uma adesão ao SNP na década de 1960, o fator econômico também pode significar um passe livre para a independência ou um freio nessa direção. Seu segundo papel é de viabilizador (ou não) da separação, sendo o elemento com maior adesão na atualidade. Isso não diminui a importância das outras *forças* estudadas, apenas posiciona a economia como dupla origem de motivação.

O *Brexit* não deixa de ser outra questão de natureza político-econômica que afeta o movimento atualmente. Ele dá aos separatistas a esperança de uma Escócia livre e questiona parte da população, que estava indecisa ou incerta, sobre a necessidade de se manter na União Europeia para ser um país forte economicamente. Toda essa movimentação de saída de um e permanência do outro não tem desfecho até o fim deste trabalho, e pode alterar todo o cenário internacional que está por vir, estimulando e desencadeando outros movimentos semelhantes.

## 5. CONCLUSÃO

Depois de analisar o movimento separatista escocês à luz da História, acredita-se que o olhar do leitor sobre o país e sobre o separatismo que ali existe tenha ganhado novas nuances. São muitas as reflexões que o estudo gerou e elas serão sintetizadas aqui, no espaço em que se fecha o ciclo proposto.

O trabalho foi motivado pela atualidade do tema do *separatismo* e o crescimento do nacionalismo no mundo contemporâneo, embora este com feições mais extremadas. A Escócia aparece como um estudo de caso perfeito por alguns fatores: além de ser um dos casos mais citados – muitos autores da área a usam como exemplo de separatismo -, é extremamente atual, acontecendo enquanto essas páginas são escritas e com desdobramentos que podem mudar o desenho da Europa nos próximos anos. A essa altura já se sabe que, apesar de atual, o movimento separatista escocês não é recente, na verdade, remontam ao ano de 800 a.C.

Antes de entrar na História propriamente dita, entretanto, foi preciso escolher uma metodologia. O conceito de *Forças Profundas*, desenvolvido pela Escola Francesa das Relações Internacionais, pareceu perfeito para a proposta do trabalho. Ele ajuda a identificar os momentos-chave ou eventos que culminaram na atual situação do movimento separatista escocês, para com isso pensar na influência que cada um deles exerceu no atual cenário. Partindo do princípio de que essas *forças* funcionam como vetores, agindo direta ou indiretamente sobre o movimento, era preciso elencar e problematizar cada uma delas, estudando suas implicações e entendendo como cada elemento pode atuar e influenciar o movimento separatista em questão. Também foi preciso um olhar sobre a teoria construtivista para entender como se constrói a identidade do escocês e um aprofundamento nos conceitos de nação e nacionalismo.

Com a metodologia desenhada e as principais teorias abordadas, foi o momento de entrar na história da Escócia ainda que de maneira panorâmica, mas atentando para os eventos mais importantes para a compreensão da permanência da ideia do separatismo entre os escoceses. Para tanto, foi necessário relatar as sucessões de coroa e os conflitos em cada momento específico com o intuito de entender como essas *forças* agiram na formação do povo escocês, mas também no momento atual do país. Essa história mostra a formação da Escócia como nação, aborda a construção da língua e de um sistema político próprios e como

os mitos e as tradições foram criados. Tudo isso constitui a identidade de um povo que sobrevive ao longo dos séculos. Além de entender essa estrutura, a história também mostra os muitos conflitos entre a Escócia e a Inglaterra, as lutas por independência, as divergências religiosas e as descobertas que afetaram a economia local. São muitos os insumos que essa análise traz e, à luz da teoria, essa história se mostra cheia de significados e consequências.

Por último, foi o momento de entrar na atual conjuntura escocesa e no movimento separatista em si, entendendo sua formação e seu pleito sem entrar no seu mérito – não existe aqui um posicionamento contra ou a favor da Escócia e da sua possível independência, apenas uma análise com base nos fatos históricos e nas reivindicações feitas. Nesse momento, já se chega a algumas descobertas. A primeira delas é de que o sentimento nacional existe há muitos séculos na Escócia, mas, ao ganhar o cunho político, possível após a Revolução Francesa, se transforma em nacionalismo. São conceitos diferentes que se separam pela contestação de autogoverno, um fator político e moderno. Depois, fica claro que as histórias do movimento separatista escocês e do nacionalismo são diretamente interligadas, senão iguais. Acontece que um é manifestação do outro, um *resultado* produzido pelo desejo de soberania. Enquanto o nacionalismo é o desejo de autogoverno, o movimento separatista é o *veículo* capaz de transportar o povo escocês na direção de independência.

Tanto o nacionalismo quanto o movimento separatista, porém, não surgem do nada, são resultados de todo um processo histórico que foi apresentado no texto. A construção de um sentimento coletivo de um povo clamando por independência é fruto de um lento processo de formação identitária em que vários elementos se interpõem. Fatores culturais como língua, sistema de clãs e tradições formam a identidade de um povo. Essa identidade é fortalecida por questões religiosas e econômicas, que além de serem elementos formadores da identidade, são forças que agem sobre o nacionalismo. Dessa forma, as principais *forças profundas* formadoras do nacionalismo escocês são: identidade, religião e economia.

Depois de entender quais são as *forças* que agem sobre o nacionalismo, como elas incidem sobre ele e que o movimento separatista é um produto disso tudo, se chega no momento de entender o movimento em si e suas nuances. Os fatores econômicos possuem uma importância maior do que se supunha ao iniciar a pesquisa. Além de atuar como uma força profunda essencial na solidificação do movimento separatista, os elementos econômicos também assumem o papel de facilitadores de um processo de independência ou agem como obstáculos importantes para que a emancipação ocorra.

Quando a economia surge como um elemento capaz de viabilizar (ou não) a independência escocesa, fica claro que, sob o ponto de vista ideológico, a maioria se revela favorável, a hesitação é de natureza pragmática, referente aos impactos sociais, fruto das consequências econômicas. Ao estudar o movimento e as campanhas pró e contra separação, nota-se que a maior parte da população escocesa se identifica com o sentimento nacional formado ao longo dos séculos e se vê como uma nação à parte do Reino Unido, com identidade própria e um certo rancor dos muitos conflitos com seu vizinho, entretanto, esse sentimento não é suficiente para que o resultado seja favorável à separação.

A economia é um divisor de águas tão relevante nessa equação, que um novo fato capaz de afetar todas as esferas econômicas do país coloca em questão novamente a separação, mesmo depois de um resultado negativo no referendo de 2014. O *Brexit* surge como novo catalizador do movimento, fazendo com que quem votou pelo “*não*” antes imaginando a burocracia de abandonar a União Europeia repense sua decisão, já que agora o “*sim*” pode fazer com que a Escócia permaneça na UE. A saída do Reino Unido do organismo de integração regional é um fato *novo* que muda completamente a perspectiva escocesa, a ponto de um novo referendo já ter sido aprovado no Parlamento Escocês e enviado ao Parlamento Britânico, que ainda não se posicionou sobre a nova solicitação.

Voltando para as hipóteses formuladas no início desse estudo, fica claro que a realidade é muito mais complexa que um conjunto de suposições pensadas por quem não tinha adentrado de forma profunda no objeto de estudo. A primeira delas era de que o nacionalismo era o combustível principal que move o separatismo escocês por estar conectado à identidade nacional escocesa. Não é uma completa inverdade, mas não é bem assim. O separatismo não é algo à parte e motivado pelo nacionalismo, é como ele toma forma. A identidade, sim, está intimamente ligada a ambos, mas não se pode considerar o nacionalismo como um combustível depois de tudo que foi visto no trabalho.

A segunda hipótese era sobre a economia, a entendendo como algo que poderia tornar a Escócia mais livre para se separar do Reino Unido, mas que também era capaz de frear o movimento. Apesar de verdadeira, essa hipótese é simplista, já que o papel da economia é muito maior do que imaginado inicialmente. Ela também não entra como um fator que ajuda ou atrapalha a separação, em conjunto com vários outros; a economia é o grande viabilizador ou dificultador de uma possível independência. Ela não apenas influencia o sonho de

liberdade que foi se formando ao longo dos séculos, mas também determina se ele é possível ou não.

A terceira hipótese era de que o movimento separatista escocês vinha ganhando força nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990. Apesar de não ser completamente falsa, também não é completamente verdadeira. Depois de estudar toda a história da Escócia, a presença do nacionalismo e a criação do SNP, fica claro que há muito tempo o país vem caminhando nessa direção. A série de fatores econômicos e políticos da década de 1960 criou uma atmosfera perfeita para a consolidação do nacionalismo e os resultados práticos desse pleito começaram a surgir a partir da década de 1990, como a criação de um Parlamento Escocês e a realização do referendo de 2014. Não se pode dizer, entretanto, que foi nos últimos anos que o movimento ganhou força. Ele (e o nacionalismo) foram se formando e se mantiveram em uma direção crescente por muitos anos. Os últimos apenas retratam as reivindicações que há muito têm sido feitas.

A quarta e última hipótese diz respeito ao uso da Escola Francesa e do conceito de *Forças Profundas* como uma metodologia adequada para o estudo do movimento separatista escocês. Sim, a metodologia se mostrou bastante adequada, já que o movimento em questão tem bases históricas fortes e os conceitos utilizados partem de historiadores que formaram um ramo conhecido como História das Relações Internacionais. A teoria escolhida foi essencial para a análise da trajetória da Escócia na sua formação como nação e os elementos identificados por Renouvin e Duroselle como *forças* se encaixam perfeitamente na formação identitária de um país, sendo o sentimento nacional um dos principais fatores não só para os autores franceses, mas também para este trabalho. Indo além das fronteiras dessa hipótese, entende-se também que essa metodologia pode ser utilizada na análise não de todos, mas de outros movimentos separatistas. Apesar de não ser um dos objetivos do trabalho, acredita-se que essa aplicação funciona bem como metodologia para outras pesquisas além dessa, já que sempre se pode encontrar elementos no passado que explicam o presente e ajudam a identificar possíveis caminhos futuros, entendendo modelos e padrões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo, 1991.
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Mapping the Nation**. London: New Left Review, 1996
- BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Berge, Oslo: Universitetsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BBS NEWS. **Gas in North Sea hailed as ‘biggest in a decade’**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-business-47041270>  
Acesso em: 17/06/2019
- BENNER, Erica. **Nationalism: Intellectual Origins**. In. BREUILLY, John (Ed.). *The Oxford Handbook of The History of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOCHEL, John M. **The referendum experience: Scotland 1979**. Pergamon Press, 1981.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BORBA, Rafael; OLIVEIRA, Vinícius; SILVA NETO, Romeu. **A influência do petróleo na dinâmica econômica das cidades: um estudo comparativo entre Macaé (Brasil) e Aberdeen (Reino Unido)**. São Luís, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo no Centro e na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 22 62, janeiro-abril 2008 pp. 177-178.
- BREUILLY, John. **Nationalism and the State**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Approaches to Nationalism**. In. BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Mapping the Nation*. London: New Left Review, 1996.
- BREUILLY, John (Ed.). **The Oxford Handbook of The History of Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CANESIN, Carlos Henrique. **A Ordem e as Forças Profundas na Escola Inglesa de Relações Internacionais – em busca de uma possível francofonia**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 51, Vol. 1, pgs. 123 – 136, 2008.
- CARR, Edward. **Nationalism and after**. London: Macmillan, 1945.

CARR, Edward. **Que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASAGRANDE, Melissa. **O princípio de autodeterminação dos povos: sua aplicação, sua instrumentalidade no direito internacional humanitário e sua contextualização na conjuntura latino-americana.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Porto Alegre, 2003.

COSTESKI, Evanildo. **As religiões como forças profundas nas Relações Internacionais.** Revista Dialectus, Ano 4, n.11, p.297-309, 2017.

COWAN, Edward; FINLAY, Richard. **Scotland since 1688. Struggle for a Nation.** London, 2000.

CROFT, Pauline. **King James.** Basingstoke & Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

DAVIE, George Elder. **The democratic intellect: Scotland and her universities in the nineteenth century.** Vol. 12. Edinburgh University Press, 2000.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Les Débuts du catholicisme social em France (1822-1870).** Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

ELGENIUS, Gabriella. **Symbols of Nations and Nationalism. Celebrating Nationhood.** Palgrave Macmillan, UK, 2011.

ERIKSEN, T. H. **The cultural context of ethnic differences.** Man, v.26, n.1, p.127-44, 1991.

EU Referendum Results. Disponível em: [https://www.bbc.com/news/politics/eu\\_referendum/results](https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results) Acesso em: 20/10/2019.

EVERITT, Anthony. **Hadrian and the Triumph of Rome.** New York: Random House, Inc, 2009.

FRANCO, J. N. **Fundamentos do Separatismo.** São Paulo: Pannartz, 1994.

FRANK, R. **Pour l'histoire des relations internationales.** Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

FRANK, R. **Religion (s): enjeux internationaux et diplomatie religieuse.** In: FRANK, R. Pour l'histoire des relations internationales. Paris: Presses Universitaires de France, 2012, p. 407-435.

FRASER, James. **The new Edinburgh history of Scotland: From Caledonia to Pictland – Scotland to 795.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.



- GALLAGHER, Tom. **The illusion of Freedom. Scotland under Nationalism.** London, 2009.
- GLAZER, N.: MOYNIHAN, D. P. **Ethnicity, theory and experience.** Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **Hadrian's Wall.** New York: Basic Books, 2018.
- GRANT, A. **Independence and nationhood: Scotland, 1306-1469.**
- GRIFFITHS, Ryan; SAVIC, Ivan. **Globalization and Separatism: The Influence of Internal and External Interdependence on the Strategies of Separatism.** In HARRIS, Jerry (Ed.). *The Nation in the Global Era: Conflict and Transformation.* Leiden and Boston: Brill, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HECHTER, Michael. **Internal Colonialism: The Celtic Fringe in British National Development.** England, 1999
- HERDER, Johann Gottfried von. **Philosophical Writings.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HEARN, Jonathan. **Claiming Scotland: national identity and liberal culture.** Edinburgh University Press, 2000.
- KEATING, M. **The Independence of Scotland.** Oxford USA Professio, 2009.
- KEDOURIE, Elie. **Nationalism.** London: Hutchinson & Co., 1960.
- LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** Porto Alegre: Anmed, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história.** Lisboa: Presença, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, C. et al. **Raça e História.** In: \_\_\_\_\_. *Raça e ciência.* São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LIBERAL, Márcia. **Religião, Identidade e Sentido de Pertencimento.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998

MCANULLA, Sd; CRINES, A. **The Rhetoric of Alex Salmond and the 2014 Scottish Independence Referendum**. *British Politics*, 12 (4). Pp. 473-491. University of Leeds, 2017.

MCCRONE, Gavin. **The Economics of Nationalism Re-examined**. Edinburgh, 1974. Disponível em: <http://www.oilofscotland.org/MccronereportScottishOffice.pdf> Acesso em: 05/10/2019

MENDONÇA, Clarice; FUNKS, Mario. **Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível**. Campinas: Opinião pública, vol.21, n3, 2015.

MORAVCSIK, Andrew. **Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics**. *International Organization*, Vol. 51, n. 4, 1997.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília. 2003.

MOTYL, Alexander J. **Encyclopedia of Nationalism**, Volume II. Academic Press, 2001.

National Records of Scotland. General Register Office for Scotland. Disponível em: <https://www.nrscotland.gov.uk> Acesso em: 01/08/2019

NEUMANN, Iver B. **Discourse Analysis**. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (ed.). *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*. Palgrave MacMillan, 2008, p. 61-77.

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais. Correntes e debates**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2010.

OIL AND GAS UK. **Workforce Report 2019**. Disponível em: <https://oilandgasuk.cld.bz/Workforce-Report-2019/10/> Acesso em: 12/07/2019.

ONUF, Nicholas. **Making Senses, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations**. London and New York: Routledge, 2012. Caps. 1 “Constructivism: a User’s Manual” e 2 “Worlds of Our Making”.

OTTINO, Carlo Leopoldo. **Separatismo**. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PITTOCK, MURRAY. **Poetry and Jacobite Politics in Eighteenth-Century Britain and Ireland**. Cambridge, 1994.

POCOCK, J. G. A. **The limits and divisions of British history: in search of the unknown subject**. *The American Historical Review*, v. 87, n. 2, p. 311-336, 1982.

POCOCK, J. G. A. **British history: a plea for a new subject**. *Journal of Modern History*, v. 47, n. 4, p. 601-621, 1975a

RENAN, Ernst. **What is a nation?** In BHABA, Homi (Ed.). *Nation and Narration*. London and New York: Routledge, 2000.

RENOUVIN, Pierre. **Historia de las relaciones internacionales**. Madrid: AKAL, 1990.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-B. **Introducción a la Historia de las relaciones internacionales**. México, 2000.

Results of Devolution Referendums 1979 & 1997. Disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/RP97-113>. Acesso em: 02/10/2019.

ROESLER, Carlos Eduardo. **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

RUBEN, G. R. **A Teoria da Identidade na Antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno**. In: \_\_\_\_\_. Roberto Cardoso de Oliveira: homenagem. Campinas: Unicamp, IFCH, 1992. P. 79-97.

RUGGIE, John. **What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge**, *International Organization*, Vol. 52, N. 4, (1998), pp. 855-885.

SALMOND, A (2014a). **Glasgow Caledonian University Speech, New York, 7 April**. Disponível em: <https://news.gov.scot/speeches-and-briefings/glasgow-caledonian-university-speech> Acesso em: 10/10/2019.

SALMOND, A (2014b). **First Minister Speech: International Festival of Business, Liverpool, 17 July**. Disponível em: <https://news.gov.scot/speeches-and-briefings/first-minister-speech-international-festival-for-business> Acesso em: 10/10/2019.

SARAIVA, José Flávio S. **História das Relações Internacionais: do Sistema Internacional do Século XIX à Era da Globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCOTTISH GOVERNMENT. **Oil and Gas**. Disponível em: <https://www.gov.scot/policies/oil-and-gas/> Acesso em: 16/06/2019.

Scottish Law Commission. **Comments on White Paper “Our Changing Democracy: Devolution to Scotland and Wales”**. Edinburgh, 1975. Disponível em: <https://www.scotlawcom.gov.uk/files/2413/1350/8405/cm32.pdf> Acesso em: 02/10/2019

SCOTTISH SOCIAL ATTITUDES. **Scottish Social Attitudes Survey**. Disponível em: <http://www.ssa.natcen.ac.uk/>. Acesso em: 29/06/2019.

SMITH, Anthony. **The Nation in History: Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism**. Cambridge: Polity Press, 2000.

STEPHEN, Jeffrey. **Scottish Presbyterians and the Act of Union 1707**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2007.

TAYLOR, Bridget; THOMSON, Katarina. (Eds). **Scotland and Wales: nations again?**. University of Wales Press, 1999.

THE NATIONAL. **Scotland votes to Remain, but rest of UK votes Brexit**. Disponível em: <https://www.thenational.scot/news/14903632.scotland-votes-to-remain-but-rest-of-uk-votes-brexit/> Acesso em: 20/10/2019.

Twitter oficial @bettertogether. Disponível em: [https://twitter.com/uk\\_together](https://twitter.com/uk_together) Acesso em 12/10/2019.

Twitter oficial @yesscotland. Disponível em: <https://twitter.com/yesscotland?lang=pt> Acesso em 12/10/2019.

UNITED NATIONS. **UN Charter**. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/index.html> Acesso em 03/10/2019

VROMEN, Ariadne. **Debating Methods: Rediscovering Qualitative Approaches**. In David Marsh, Gerry Stoker (Eds.), *Theory and Methods in Political Science*. Hampshire & New York: Palgrave Macmillan. P. 249-266.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison Wesley, 1979.

WALZER, M. **The Facsimile Fallacy**. *American Review of Canadian Studies*, 1967.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society**. London and New York, Routledge, 2002.

WEBB, Keith. **The Growth of Nationalism in Scotland**. England, 1978.

WEBSTER, Bruce. **Medieval Scotland. The Making of an Identity**. New York, 1997.

WENDT, Alexander. **Collective Identity Formation and International State**. *The American Political Science Review*, Vol. 88, No. 2, 1994, pp.384-396.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, C. H. **Ethnic Separatism in Western Europe**. Stafford, UK, 2008.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**, 2 ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.